



ELIAS DE PAULO SANTOS
JÉSSICA PRISCILA CAETANO DE OLIVEIRA SANTOS

**IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO CRAS RODA MOINHO**

Ji-Paraná
2020

ELIAS DE PAULO SANTOS
JÉSSICA PRISCILA CAETANO DE OLIVEIRA SANTOS

**IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO CRAS RODA MOINHO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro Universitário São Lucas/Ji-Paraná, como requisito de aprovação para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a M.^a Dulce Teresinha Heineck.

S237i

Santos, Elias de Paulo

Implantação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na primeira infância no CRAS Roda Moinho / Elias de Paulo Santos, Jéssica Priscila Caetano de Oliveira Santos. Ji-Paraná: Centro Universitário São Lucas, 2020. 89 p. il.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Centro Universitário São Lucas, Curso de Serviço Social, Ji-Paraná, 2020.

Orientadora: Prof.^a M^a Dulce Teresinha Heineck

1. Serviço Social. 2. Infância. 3. Fortalecimento de vínculos. 4. Direitos. I. Santos, Jéssica Priscila Caetano de Oliveira. II. Heineck, Dulce Teresinha. III. Implantação do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos na primeira infância no CRAS Roda Moinho. IV. Centro Universitário São Lucas.

CDU: 364.013

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário:
José Fernando S Magalhães CRB 11/1091

ELIAS DE PAULO SANTOS
JÉSSICA PRISCILA CAETANO DE OLIVEIRA SANTOS

**IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE
VÍNCULOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO CRAS RODA MOINHO**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Centro
Universitário São Lucas/Ji-Paraná, como requisito de aprovação
para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof.^a M^a Dulce Teresinha Heineck.

Ji-Paraná, 01 de julho de 2020.

Avaliação/Nota: _____

BANCA EXAMINADORA

Centro Universitário São Lucas/Ji-paraná-RO

Orientadora Prof.^a M.^a Dulce Teresinha Heineck

Centro Universitário São Lucas/Ji-paraná-RO

Prof. Especialista Celso Kubichem Rodrigues

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assistente social Lidiane Tanazildo da Costa

Ji-paraná-RO

Secretaria Municipal de Assistência Social

Assistente social M.^a Rafaela Maia Gomes

Campo Grande-MS

Dedicamos esta monografia a Deus que nos fortaleceu e nos guiou durante a caminhada, a nossa querida família por todo apoio e orações e a todos os professores e técnicos educacionais que contribuíram com nossa formação, da infantil a acadêmica. Somente Deus pode recompensá-los.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar externamos nosso agradecimento a Deus, autor e consumidor da nossa história, pela realização de mais um sonho, sem Ele essa conquista seria impensável e impossível, a Ele toda honra e glória eternamente. Somos gratos pelas experiências vivenciadas durante esses anos, pela força, sabedoria, aprendizado, pelos desafios superados, em tudo e por tudo.

Aos nossos pais (Pedro e Lúcia, pais do Elias – Walmir e Rosineide, pais da Jéssica), irmãos (Wellington, Eliseu e Lucas), nossa filha do coração (Laysa Beatriz) e todos os nossos familiares, pelo apoio e compreensão, pelo auxílio e motivação nos momentos em que estivemos desanimados. Nossos sinceros agradecemos a vocês que sempre cuidaram e ainda cuidam de nós.

Aos nossos amigos, na pessoa da querida Luana do Prado Souza de Almeida, nossa eterna gratidão por sempre estarem nos apoiando e orando por nós. Aos nossos colegas acadêmicos que viveram intensamente a luta diária conosco somos gratos por todo o aprendizado.

À nossa orientadora e coordenadora do Curso Mestra Dulce Teresinha Heineck, pelo apoio, dedicação e disponibilidade, pois enquanto profissional sempre estive a disposição para esclarecer dúvidas, fornecer orientações e informações. Enquanto pessoa agradecemos por todo o carinho, carisma, solidariedade e humildade, pelo exemplo e lições que nos ensinou.

À professora Mestra Rafaela Maia Gomes que marcou a nossa vida, dando exemplo de profissional dedicada e íntegra, pelos incentivos, por suas aulas maravilhosas que nos exigia sair da zona de conforto e explorar a criatividade desenvolver competências e habilidades acadêmico-profissionais. Pelas visitas técnicas que sempre organizou em parceria com as demais professoras. Muito mais que uma professora se tornou uma grande amiga, somos privilegiados por sua amizade mesmo estando agora distante.

À nossa querida professora Mestra Dalva Felipe de Oliveira Gonçalves, pela dedicação e competência por seu enorme carinho, os conhecimentos adquiridos em suas aulas são imensuráveis, graças ao seu incentivo e comprometimento desenvolvemos noções, habilidades e competências na área da pesquisa.

Ao professor Celso Kubichem Rodrigues, não obstante a sua recente chegada, todavia tem se destacado como um grande profissional, contribuindo decisivamente

com a nossa formação profissional. Agradecemos pelos esforços e desafios enfrentados visando contribuir com nossa aprendizagem.

À nossa supervisora de campo Lidiane Tanazildo da Costa por todo auxílio, paciência e compreensão em todo período de estágio, bem como por todo aprendizado proporcionado por meio do seu conhecimento amplo e sua visão humanizada. Sem dúvidas vivenciamos momentos que foram marcantes em nossa vida acadêmica que serão estendidos à vida profissional. Sua atuação profissional sempre será um espelho para nós.

Às pedagogas Elizeth da Silva Santana e Mirian Madalon Vitorino de Oliveira Paiva pelo carinho, atenção, auxílio e disposição de seu tempo. Vocês foram peças fundamentais em nossa relação com as famílias, bem como na compreensão da importância e visão do Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos na primeira infância. Sem vocês a experiência e os resultados obtidos não seriam possíveis. Vocês são exemplos para nós.

A todos os profissionais, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, equipe administrativa da SEMAS, dos CRAS, do CREAS, das Instituições de acolhimento e aos demais que conhecemos no período de estágio e que de alguma forma contribuíram para com o nosso processo de aprendizado. Nossos sinceros agradecimentos na pessoa da Secretária de Assistência Social Sônia Reigota.

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem o objetivo de analisar os impactos da implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV na primeira infância, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Roda Moinho no município de Ji-Paraná/RO o qual é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS. Apresenta as contribuições desse serviço quanto a construção e fortalecimento dos vínculos entre a criança e as cuidadoras e instiga a superar os impasses bem como enfrentar desafios advindos de seu processo de implantação. Demonstra ainda a relevância do Serviço Social nesse contexto de atendimento à infância e validação de direitos constituídos os quais precisam de implementação na prática. Para atingir o objetivo proposto recorreu-se ao método de procedimento estudo de caso (YIN, 2001), a observação (MAGALHÃES, 2006) e entrevista informal (Gil, 2008) como técnicas de coletas de dados. Para a análise dos dados o método dialético o qual permite o processo de ação reflexão e ação de forma crítica (KONDER, 2008). A fragilização dos vínculos socioafetivos é uma realidade que atinge muitas famílias e de acordo com as observações feitas verificou-se que as crianças inseridas nesse processo estão submetidas a diversos riscos e violação de direitos o que lhes torna em situação de vulnerabilidade. O trabalho descreve ainda as ações interventivas realizadas salientando que estas possibilitam criar espaços de informações e reflexões junto às famílias para conscientizá-las de suas responsabilidades quanto à proteção e ao desenvolvimento infantil da criança. Destaca-se ainda que é preciso proporcionar momentos de interação entre crianças e adultos objetivando o fortalecimento dos vínculos afetivos. Para finalizar reafirma a relevância do trabalho do Serviço Social em função do direito à infância e do fortalecimento de vínculos.

Palavras chave: Serviço Social. Infância. Fortalecimento de vínculos. Direitos.

ABSTRACT

The present course conclusion work on the Objectives of Implantation of Convenience and Fortification Services - SCFV at First Infancy, No Center for Social Assistance - CRAS Mill wheel é coordinated through the Municipal Secretariat of Social Assistance –SEMAS. Presenting contributions from this service how to build and fortify two objects inside the brain and as guides and instantaneous as well as impressions as infinite descriptions of advances in your implantation process. Demonstration on the relevance of social service in the context of attendance à infinity and validation of constituent instruments that need to be implemented in practice. To observe the objectionable proposal of the study-case method of case study (YIN, 2001), the observation (MAGALHÃES, 2006) and the informative interface (Gil, 2008) as to the technical techniques of data. To analyze two data or dialectical methods or which allows the process of reflection and critical analysis (KONDER, 2008). The fragility of the sociopaths is a fact that many families are accustomed to seeing as a result of the insidious process of submission to the risks and delays. The trap will be developed as soon as the realizations are realized that it is possible to create spaces of information and reflexes together for families to be aware of their responsiveness and protection. There is no doubt that there is a need to provide interaction moments between children and adults objecting or fortifying two positive objects. To finalize the relevance of the social work in the service of live à infinity and the fortification of venules.

Key words: Social Service. Infancy. Strengthening of bonds. Rights.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. METODOLOGIA	13
2.1. MÉTODO DE PROCEDIMENTO: Estudo de caso	14
2.2. TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS	16
2.2.1. Observação	17
2.2.2. Entrevista	18
2.2.3. Pesquisa Bibliográfica	19
2.3. MÉTODO DE ANÁLISE: Dialético	20
3. PERCEPÇÃO DA INFÂNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA	23
3.1. INFÂNCIA NA IDADE MÉDIA	23
3.2. INFÂNCIA NA IDADE MODERNA	29
3.3. INFÂNCIA NA IDADE CONTEMPORÂNEA	33
3.4. INFÂNCIA NO BRASIL	39
4. ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS	47
4.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO	47
4.2. RELATO DAS OBSERVAÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO	48
4.3. RELATO DAS INTERVENÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO.....	56
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	79

1. INTRODUÇÃO

A primeira infância é o período que se inicia com o nascimento até os primeiros seis anos, ou setenta e dois meses de vida da criança (BRASIL, 2016). Esse é um momento crucial no processo do desenvolvimento infantil em que os acontecimentos, as interações, as experiências vividas e os vínculos afetivos estabelecidos nessa fase irão fundamentalmente acompanhar a criança por toda a sua vida. O ambiente em que a criança se insere determina como se dará esse processo, haja vista que ele,

[...] é parte fundamental do desenvolvimento humano, um processo ativo e único de cada criança, expresso por continuidade e mudança nas habilidades motoras, cognitivas, psicossociais e de linguagem, com aquisições progressivamente mais complexas nas funções da vida diária e no exercício do seu papel social [...] (SOUZA, 2014, p. 100).

No atual contexto de frequentes transformações sociais a desigualdade social é marca indelével da pobreza no Brasil, demonstrando a enorme disparidade causada pelo padrão de acumulação do sistema capitalista em que a riqueza socialmente produzida é cada vez mais concentrada nas mãos de um pequeno grupo. Diante desse quadro cresce o número de famílias imersas em situações de pobreza e extrema pobreza, submetidas aos diversos riscos e vulnerabilidades sociais culminando na violação de seus direitos.

Nesse mesmo sentido, a criança que vive num ambiente familiar nessas condições dificilmente terá um desenvolvimento satisfatório com bases sólidas que contribui para a construção de um “[...] sujeito com suas potencialidades desenvolvidas, com maior possibilidade de tornar-se um cidadão mais resolvido, apto a enfrentar as adversidades que a vida oferece, reduzindo-se assim as disparidades sociais e econômicas da nossa sociedade” (FIGUEIRAS et. al., 2005, p. 09).

Os avanços tecnológicos e a grande expansão da mídia também influem decisivamente na formação do indivíduo durante a primeira infância, desde muito cedo a criança é exposta aos diversos recursos tecnológicos disponíveis, tendo acesso indiscriminado a televisão, aos jogos eletrônicos e a internet de modo que as crianças já nascem mergulhadas num contexto em que as regras e os valores não são mais definidos pela família, mas, pela mídia que possui “[...] imenso poder de influenciar, inclusive, valores essenciais, como escolhas de vida, definição de felicidade e de como medir o seu próprio valor, e quando consegue atingir o valor da felicidade,

formam-se novas relações bastante positivas para o comércio global” (KOSLOWSKI, 2009, p. 86).

Côncios de que essa é a realidade que tem marcado a infância brasileira, faz-se necessário pensar alternativas que minimizem seus impactos na vida de milhares de crianças em nosso país. Investir na infância é reduzir custos além de produzir impactos que “[...] conduzem a benefícios significativos em longo prazo, que reduzem a lacuna entre alta e baixa renda familiar [...] promove justiça e equidade social e, ao mesmo tempo, promove produtividade na economia e na sociedade como um todo” (YOUNG, 2016, p. 22).

A constituição de um trabalho preventivo, é agir antes, agir com antecedência para evitar que as crianças de hoje, amanhã não sejam adultos com um histórico de direitos violados, vítimas de trabalho infantil, abuso sexual, analfabetismo, pobreza e outras formas de violência.

Merece destaque o fato de que o Brasil é um país com um conjunto de legislações (Constituição Federal de 1988, Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069 de 1990, Lei nº 13.257 de 2016) que tratam da proteção e reconhecimento dos direitos da criança, no entanto esses direitos devem ser efetivados, precisam sair do papel e para isso é necessário a implementação de políticas públicas comprometidas com a promoção do bem-estar e o pleno desenvolvimento da primeira infância.

As políticas que possuem caráter preventivo têm sua eficácia comprovada pois evidentemente torna-se mais, “[...] equitativo e tem melhor relação custo-benefício investir em programas para a Primeira Infância, que podem favorecer o potencial das crianças, ao invés de pagar mais tarde para tentar remediar o que podia ter sido prevenido” (YOUNG, 2016, p. 23).

O interesse pela pesquisa no perímetro da primeira infância surgiu a partir das observações feitas no campo de estágio realizado na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS no município de Ji-Paraná/RO, mediante proposta para a implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos – SCFV na primeira infância (especificamente dos três aos seis anos). As ações interventivas com exceção da primeira, foram executadas no espaço socioinstitucional do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Roda Moinho, no âmbito da Proteção Social Básica – PSB.

Nesse sentido ao assistente social cabe realizar um trabalho interdisciplinar em consonância com a equipe técnica do CRAS, promover a articulação com outras

políticas públicas no campo da intersectorialidade, intervir na realidade social das famílias inseridas no SCFV na primeira infância com vistas a responder concretamente as demandas apresentadas, para viabilizar a efetivação dos direitos da criança a uma infância digna, saudável, livre de violência, maus tratos, negligência e quaisquer outras formas de violação de direitos.

O objetivo deste trabalho consistiu em analisar os impactos da implantação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na primeira infância no CRAS Roda Moinho. Sendo pautados nos seguintes objetivos específicos: destacar a importância e os benefícios do brincar na primeira infância; identificar o papel da família na proteção da criança e no processo do desenvolvimento infantil; verificar junto às famílias os impactos do SCFV na construção dos vínculos entre cuidador e criança e identificar a relevância do assistente social no âmbito do SCFV na primeira infância. Buscou ainda responder a seguinte reflexão: de que forma o Serviço Social no âmbito do SCFV na primeira infância pode contribuir para fomentar a construção e o fortalecimento dos vínculos socioafetivos entre crianças e cuidadores frente a um cenário de relações fragilizadas?

O presente trabalho está configurado em quatro capítulos da seguinte forma: o primeiro refere-se à introdução. O segundo capítulo trata da metodologia utilizada no processo de pesquisa, quais os caminhos escolhidos para norteá-la, aponta os métodos de procedimento e de análise, bem como especifica as técnicas que subsidiaram na coleta dos dados, ou seja, esse capítulo se constitui numa espécie de bússola, que permite compreender quais foram as estratégias utilizadas e como se chegou aos resultados da pesquisa.

O terceiro capítulo traz uma abordagem sobre o processo histórico na constituição da infância. Inicia fazendo um resgate desde a Idade Média, afirmando que nesse período não existia o conceito de infância e que não havia diferenças entre adultos e crianças, destinando-as o mesmo tratamento dispensado aos adultos. Destaca que na Idade Moderna o surgimento da infância está intimamente relacionado as grandes transformações sociais no seio da sociedade, o surgimento de uma nova cultura, a grande contribuição da prensa tipográfica, um novo modelo de família que estava emergindo, uma nova concepção acerca da escola e o advento do Renascimento foram alguns dos diversos fatores que contribuíram para a chegada da infância. A Idade Contemporânea igualmente foi marcada por grandes mudanças sociais, no entanto o ponto culminante é o rápido avanço das mídias eletrônicas com

os impactos destrutivos causando a destruição da linha divisória entre o mundo adulto e o mundo da criança. Para finalizar o capítulo investigamos a construção da infância no contexto da formação sociohistórica do Brasil, abrangendo o período colonial até a contemporaneidade.

O quarto capítulo aborda o relato das observações realizadas no campo de estágio, explicitando como se deu esse processo e qual foi o motivo da escolha do nosso objeto de pesquisa, em seguida apresenta os resultados e discussões das ações interventivas de estágio em Serviço Social no SCFV na primeira infância, articulado com o processo de trabalho do assistente social no referido contexto. Por fim, tece algumas considerações finais, abordando a relevância da pesquisa para a sociedade bem como os resultados alcançados sem, portanto, ter pretensões conclusivas sobre o assunto.

2. METODOLOGIA

A metodologia permite ao pesquisador apropriar-se de alguns procedimentos ou formas para realizar a pesquisa de forma científica. Esse fazer, portanto, se dá de maneira rigorosamente organizada e sistemática, diz respeito ao estudo dos métodos e técnicas para a abordagem e desenvolvimento da pesquisa, constitui-se das condições objetivas e subjetivas inerentes ao pesquisador (THIOLLENT, 1986).

Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade) (MINAYO, 2009, p. 14).

A autora destaca que a metodologia compõe-se de um conjunto triplo, quais sejam: os métodos, as técnicas e a criatividade do pesquisador, constituindo-se igualmente relevantes em todo o processo. A metodologia consiste em primeiro momento numa ação reflexiva, ou seja, enquanto caminho da pesquisa exige do pesquisador e/ou estagiário o planejamento das ações a serem executadas no percurso da pesquisa. Portanto tem como finalidade fornecer subsídios no ato de se fazer ciência, dada tal instrumentalidade. Sendo assim a metodologia,

[...] trata-se das formas de se fazer ciência. Cuida dos procedimentos, das formas, das ferramentas, dos caminhos. A finalidade da ciência é tratar a realidade teórica e praticamente. Para atingirmos tal finalidade, colocam-se vários caminhos. Disto trata a metodologia (DEMO, 1985, p. 19).

A metodologia auxilia, orienta e conduz o cientista, a percorrer os caminhos necessários para a realização da pesquisa. O agente pesquisador deve, portanto, apropriar-se desse importante recurso e dominá-lo para obter sucesso em sua caminhada em busca de conhecimentos. Há que se ter o cuidado no uso da metodologia para não superestimá-la e nem subestimá-la. O pesquisador não deve endeusar os instrumentais técnicos e procedimentos metodológicos, pois se assim o fizer corre o risco de engessar a pesquisa e matar a criatividade, por outro lado jamais desprezar a importância e relevância metodológica para não cair no descrédito científico.

Na investigação da realidade referente à questão da infância no município de Ji-Paraná, mais especificamente àqueles que frequentam o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Roda Moinho, é necessário reflexão e cautela na escolha dos métodos e técnicas de pesquisa, uma escolha consciente que possibilita “[...] analisar as características dos vários métodos disponíveis, avaliar suas capacidades,

potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização” (THIOLLENT, 1986, p. 25). Para tanto esse julgamento de posse do conhecimento da realidade avalia os recursos, que serão utilizados no processo de desenvolvimento da pesquisa.

No planejamento das ações dos estagiários utilizou-se a metodologia para orientá-los e conduzi-los no processo de intervenção. Os estagiários conjugaram potencialidade e instrumentalidade em suas ações, cujo objetivo consistiu em proporcionar aos usuários a oferta de serviços qualificados para melhor atender a infância e instigar a transformação da realidade vivenciada. Durante esse processo os acadêmicos foram supervisionados pela assistente social que os instruíram na escolha das decisões, sempre avaliando o desempenho e os auxiliando no aperfeiçoamento e correções.

Neste caso as ações realizadas foram planejadas, elaboradas e executadas sob a orientação e supervisão da assistente social da Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS, no contexto do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV na primeira infância, no Centro de Referência da Assistência Social – CRAS Roda Moinho e também a mediação direta da professora com a supervisão acadêmica.

Nesse interim como método de procedimento optou-se pelo estudo de caso, pois ele permite ampla busca na investigação com várias técnicas para desvendar o objeto de pesquisa. O estudo se volta para aprofundar o entendimento de questões que envolvem a infância na contemporaneidade.

2.1. MÉTODO DE PROCEDIMENTO: Estudo de caso

O método compreende todas as etapas de um projeto de pesquisa, conduzindo e delineando todo o processo, da investigação à intervenção. A relevância dos métodos e técnicas está no sentido de guiar o pesquisador pelos caminhos do conhecimento.

A partir da escolha do método de procedimento as técnicas se apresentam como essenciais para a coleta de dados. São estratégias encontradas pelos pesquisadores para pensar formas de intervir sistematicamente em determinada realidade social. Nesse sentido o Estudo de Caso se configura como um importante método de procedimento que além de facilitar a coleta instiga a análise de dados no

contexto da realidade investigada. Para Gil (2002, p. 54) o estudo de caso “[...] consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento [...]”. Logo o Estudo de Caso enquanto método de procedimento possibilita conhecer o cotidiano das famílias que frequentam o CRAS Roda Moinho na realidade social em que estão inseridas, bem como possibilita encontrar estratégias para o desenvolvimento saudável da criança no seio familiar e social.

Para Yin (2001, p. 32) “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. No que tange ao objeto de pesquisa o fenômeno investigado trata-se da primeira infância no contexto das famílias inseridas no SCFV, cujo objetivo consiste em ampliar o entendimento a respeito da realidade das famílias e pelo estudo de caso obter o máximo de informações para auxiliar o desenvolvimento saudável da infância.

Dessa forma os propósitos do estudo de caso consistem em,

- a) explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos (GIL, 2002, p. 54).

Compreender os dilemas das famílias que frequentam o SCFV no CRAS Roda Moinho ao lidar com a primeira infância é fundamental para apreender a concepção que cada uma possui referente ao tema infância e seus desdobramentos diante das contradições da sociedade atual. A partir dos dados coletados e analisados é possível criar estratégias de intervenção adequadas para transformar a realidade dessas famílias proporcionando um ambiente acolhedor, protetivo e afetivo para o pleno desenvolvimento da criança.

Por conseguinte, o estudo de caso permite uma ampla compreensão do tema em estudo, porém é preciso sempre a postura ética e prudência no momento da busca para não cometer equívocos e nem se distanciar dos objetivos de sua pesquisa. Em um estudo de caso as técnicas são essenciais para a coleta dos dados.

2.2. TÉCNICAS PARA COLETA DE DADOS

As técnicas de coleta de dados quando bem escolhidas e adequadas são desencadeadoras de desafios e aprendizados ainda maiores em função do objeto. Há uma variedade de técnicas disponíveis que podem auxiliar nesse processo, no entanto é essencial que no momento da escolha o pesquisador tenha bem desenhado o seu plano de trabalho contendo o tema, delimitação do assunto, problemática e os objetivos.

É importante ressaltar que cada técnica possui características muito peculiares, sua eficácia está diretamente relacionada às habilidades e competências de quem as manuseia, por isso deve-se ter um minucioso cuidado e atenção ao definir quais técnicas serão utilizadas no colhimento de informações consoante ao objeto de estudo. Se bem utilizados, esses recursos contribuem para avanços científicos sem perder de vista o contexto em que a população se insere.

No estágio em Serviço Social no âmbito do SCFV voltado à primeira infância no CRAS Roda Moinho, esses instrumentos foram ferramentas eficazes no período de investigação bem como no de intervenção, sem eles jamais seria possível atingir os objetivos propostos no plano de ação. Nesse caso o campo de estágio é para o estagiário uma região destinada à atividade de garimpagem, cujo objetivo consiste em explorar preciosidades de seu objeto, assim ele deve perscrutá-lo rigorosa e sistematicamente adotando as técnicas com precisão e objetividade que julgar mais adequadas para não fugir do foco e nem realizar análises que distorçam a realidade.

As técnicas de coleta de dados foram ferramentas essenciais para a exploração e extração de informações pertinentes à questão da infância nosso objeto de pesquisa. Os dados extraídos durante o período da investigação quanto da intervenção foram registrados no diário de campo, um instrumento que permite registrar as informações em tempo real para posterior análise do que é pertinente ao tema.

No diário de Campo o estagiário tem autonomia para anotar seus questionamentos, críticas e anseios. As informações podem ser tanto na forma escrita quanto por meio de imagens, é um instrumento permeado por emoções, indignações e críticas que vão sendo exteriorizadas no cotidiano do aluno no campo de estágio, expressa limites e desafios. O diário é privativo e se constitui em auxílio ao

pesquisador no momento de análise dos dados não se esquecendo das contradições que se apresentam na realidade pesquisada.

2.2.1. Observação

A observação é fundamental no processo da pesquisa. A técnica de observação auxilia o pesquisador, fornecendo-lhe dados e informações relevantes sobre o seu objeto de investigação. O estagiário enquanto pesquisador em formação deve compreender que observar não é ver fisicamente, ter um olhar simplista, enxergar aleatoriamente, significa aplicar todos os sentidos ao objeto que se pretende investigar para dele extrair um conhecimento claro e preciso, ou seja, perscrutá-lo e examiná-lo minuciosamente (QUEIROZ et., al, 2007).

Para Magalhães (2006, p.57) “[...] a observação engloba toda a instrumentalidade; não é, em si, uma técnica, no sentido lato da palavra, mas, uma potencialidade a ser desenvolvida [...], presente em toda instrumentalidade profissional”. A observação poder ser desenvolvida, não é algo estático, finalizado ou determinado é uma técnica passível de aperfeiçoamento. O sucesso na intervenção profissional depende da maneira como é feita a investigação, para isso é necessário que o pesquisador seja um bom observador. Nesse aspecto, a observação,

[...] torna-se uma técnica científica a partir do momento em que passa por sistematização, planejamento e controle da objetividade. O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato (QUEIROZ, et., al, 2007, p. 277).

A observação realizada no estágio em Serviço Social no contexto do SCFV na primeira infância possibilitou reunir um apanhado de informações e compreender o cotidiano das famílias participantes e seus dilemas em relação à infância. Colaborou com o entendimento da realidade vivenciada pelo assistente social em seu ambiente de trabalho imerso em uma conjuntura de contradições e de inúmeros desafios em defesa de direitos. Diante disso o estágio visa proporcionar,

[...] uma reflexão e releitura essencialmente crítica das ações profissionais nas suas múltiplas dimensões e articulações, que capacite estudantes para: investigar, analisar criticamente, desenvolver sua capacidade argumentativa e a utilizar, construir e renovar o instrumental técnico profissional (GUERRA; BRAGA 2009, p. 20).

No entanto o objetivo da observação no estágio em Serviço Social é subsidiar o acadêmico a reunir provas e identificar os problemas relacionados com seu objeto de estudo. É impossível obter êxito na pesquisa e intervenção sem o auxílio dessa técnica, a negligência quanto ao seu uso adequado torna o pesquisador limitado e entrava o avanço do conhecimento de forma científico o qual conduz a transformação da realidade social. A observação permeia todo o processo da investigação e esta vem também articulada com a técnica de entrevista.

2.2.2. Entrevista

A entrevista é uma técnica de coleta de dados amplamente utilizada no âmbito da investigação social, Lakatos e Marconi (1996, p.84) a define como “um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas [entrevistador] obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional [...]”. As conversas realizadas nesse encontro, não são aleatórias tem um direcionamento para o objeto de estudo do pesquisador.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (GIL, 2008, p. 109).

A entrevista é realizada geralmente entre duas pessoas, sem interferências do meio externo, é feita de maneira em que o entrevistado por meio de perguntas pré-selecionadas oferece certas informações ao entrevistador, numa forma de interação social (GIL, 2008). Sendo assim a entrevista “[...] consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um certo ato social como a conversação” (GOODE; HATT, 1969, p. 237). A entrevista ocorre dentro de uma formalidade estabelecida pelo pesquisador que deve conduzir a conversa de maneira que o entrevistado tenha liberdade para responder aos questionamentos propostos.

A entrevista enquanto técnica para coleta de dados é um instrumento muito preciso esse pode ser o motivo da sua grande utilização, sua eficácia e maior coerência na obtenção dos dados, isso por permitir que a realidade dos fatos seja relatada pelo entrevistado. Segundo Gil (2008, p. 109) “[...] por sua flexibilidade é adotada como técnica fundamental de investigação nos mais diversos campos e pode-

se afirmar que parte importante do desenvolvimento das ciências sociais nas últimas décadas foi obtida graças à sua aplicação”.

A entrevista é utilizada em inúmeras pesquisas sociais, com pessoas de variadas classes sociais e quando aplicada com seriedade e competência obtém resultados muito fidedignos. No entanto o sucesso na entrevista depende exclusivamente do pesquisador que a utiliza, cabendo a este o correto manuseio dessa técnica, da elaboração do roteiro de entrevista até o momento da sua execução na prática.

Há diferentes tipos de entrevista, podendo ser classificadas em função de seu nível de estruturação obedecendo a seguinte ordem: informais, formais, por pautas e formalizadas (Gil, 2008). Dessa forma o uso da entrevista informal permitiu compreender a percepção dos/as usuários/as do grupo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na primeira infância, qual a relevância e impacto desse serviço no âmbito familiar desses/as usuários/as.

2.2.3. Pesquisa Bibliográfica

A Pesquisa Bibliográfica é a revisão de literatura dos principais trabalhos científicos em relação a determinado tema, constitui-se como instrumento fundamental na produção científica, deve ser realizada em livros, revistas, periódicos, artigos de jornais, sites de internet e no conjunto de leis e legislações nacionais e internacionais (LAKATOS; MARCONI, 2002; VERGARA, 2000). A pesquisa bibliográfica possibilita que um arsenal de informações seja reunido com intuito de tornar possível a compreensão mais ampla sobre a temática a ser construída compreendendo assim,

[...] toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências (sic) seguidas de debates que tenham sido transcritos por alguma forma, quer publicadas, quer gravadas (LAKATOS; MARCONI, 2002, p. 183).

A pesquisa bibliográfica é compreendida à medida que esclarece questionamentos e evidencia novas demandas científicas. Este procedimento permite visões distintas dentro de uma mesma temática oportunizando assim ao pesquisador desenvolver e alcançar resultados de qualidade, que respondam a questões

pertinentes dentro do campo científico “[...] constitui geralmente o primeiro passo de qualquer pesquisa científica. Os alunos de todos os Institutos e Faculdades devem, portanto, ser iniciados nos métodos e técnicas da pesquisa bibliográfica” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 83).

Gil (2008, p.50) destaca que na pesquisa bibliográfica a principal vantagem “[...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”. Nesse sentido recorrer ao acervo construído a respeito do tema em estudo permite aprofundamento e mudança significativa de visão a respeito do tema para se lançar aos avanços teóricos e práticos com cientificidade.

A pesquisa bibliográfica é a base para a construção de uma nova abordagem, sendo importante destacar que diante de tantas informações é necessário que o investigador tenha o cuidado de não se “perder” no momento da produção, todavia torna-se necessário verificar minuciosamente as informações a fim de descobrir possíveis incoerências e assim obter um resultado coeso, fidedigno e com credibilidade científica.

2.3. MÉTODO DE ANÁLISE: Dialético

O desenvolvimento da dialética no panorama histórico deu-se em um processo permeado de contradições, reflexões e debates. Enquanto arte do diálogo a dialética caracterizava-se apenas como um recurso ou método de apresentação do discurso. Sendo assim, “na Grécia Antiga, a palavra ‘dialética’ expressava um modo específico de argumentar que consistia em descobrir as contradições contidas no raciocínio do adversário (análise), negando, assim, a validade de sua argumentação e superando-a por outra (síntese)” (GADOTTI, 1997, p.15).

Em Hegel a dialética teve um significativo avanço constituindo-a ponto central de seu pensamento. Na filosofia hegeliana a dialética é o método ou forma de pensar o mundo em seu processo dinâmico. No que tange ao estudo da dialética Marx é impensável sem as contribuições de Hegel. Há uma forte relação histórica entre ambos, todavia Marx discordava do pensamento hegeliano por seu caráter idealista, ou seja, para Hegel as transformações ocorridas no mundo deveriam ser operadas apenas no plano ideal, na esfera do pensamento, enquanto para Marx o ideal não está acima do material (GADOTTI, 1997).

Reformulado por Marx o conceito de dialética em Hegel toma novos contornos voltando-se para a análise da sociedade no contexto histórico, político, econômico e cultural que se desenvolve nos limites de uma determinada organização social fundada sob as bases do sistema capitalista. Dessa forma a dialética se apresenta como sendo “[...] o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação” (KONDER, 2008 p.7,8).

No contexto da sociedade do capital essas contradições são consequências da divisão da sociedade em classes dada à exploração do homem pelo homem oriundo da relação antagônica entre capital e trabalho. Dessa forma a materialidade da vida social é expressão visível desta sociedade,

[...] onde os sujeitos, em uma grande maioria, encontram-se em uma situação de não acesso aos bens necessários, primários e secundários. São várias as estatísticas que apontam os altos índices de miséria, de analfabetismo, de exclusão social, de corrupção, de descaso com as políticas públicas e com o social (FERNANDES, 2005, p. 2).

O Serviço Social se utiliza da dialética no perímetro da teoria marxista não simplesmente como a arte do diálogo, embora este seja um dos principais recursos em seu campo de atuação vinculado a linguagem como instrumento de investigação e intervenção, no entanto ela possui um contexto com maior abrangência, em que através das contradições da vida material possibilita “[...] um desmonte, à destruição da aparente ‘objetividade do fenômeno’. Pretende conhecer a verdade do fenômeno por detrás de sua aparência [...]” (FERNANDES, 2005, p. 8).

Na Mudança Dialética, a transformação ocorre por meio de contradições. Em determinado momento, há mudança qualitativa, pois as mudanças das coisas não podem ser sempre quantitativas. Por outro lado, como tudo está em movimento, tudo tem ‘duas faces’ (quantitativa e qualitativa, positiva e negativa, velha e nova), uma se transformando na outra; a luta desses contraditórios é o conteúdo do processo de desenvolvimento (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 35).

A dialética propõe a compreensão do indivíduo enquanto sujeito sócio histórico sem desconsiderar a sua individualidade, de modo que nesse processo a maneira como o usuário se expressa tanto verbal quanto corporalmente revela o seu modo de pensar, de ser, de agir, de sentir, de ver o mundo e de se interagir com ele. Consoante, “a dialética em Marx não é apenas um método para se chegar à verdade, é uma concepção do homem, da sociedade e da relação homem-mundo” (GADOTTI, 1997, p.19). A dialética possibilita o entendimento das contradições sociais materializadas

no cotidiano da vida social e profissional bem como a análise do real, dada que a realidade está sempre em movimento.

No CRAS Roda Moinho a realidade das famílias inseridas no grupo do SCFV, reflete as diversas expressões da questão social que as colocam em condições de exclusão social, pobreza, desemprego, fome, falta de moradia, quebra de vínculos afetivos, dentre outras. Não obstante diversas famílias são flageladas pelas mesmas refrações, contudo não convém ao assistente social enquadrar os casos como iguais, deve-se levar em conta a individualidade histórica de cada família. Nisso consiste a dialética conhecer a realidade e nela intervir considerando as particularidades sócio históricas de cada usuário/a dos serviços sociais.

Considerando que a realidade está sempre em movimento e em constante mudança, é preciso recorrer às teorias e também às análises práticas de forma dialética para captar as contradições do contexto em análise e assim obter êxito em função da transformação da realidade em estudo. Teoria não é outra coisa senão a reprodução ideal do movimento real do objeto é a transposição do objeto para o plano do pensamento (NETTO, 2011). Logo decifrar a realidade e apreender suas manifestações é um desafio posto ao acadêmico em parceria com o profissional de Serviço Social buscando alternativas para intervir dialeticamente utilizando os conhecimentos adquiridos em função da mudança e da transformação da realidade instigando o desenvolvimento saudável da infância.

3. PERCEPÇÃO DA INFÂNCIA NO DECORRER DA HISTÓRIA

Quando recorremos às leituras no que diz respeito à infância logo se evidencia que este é um conceito construído historicamente adequando-se ao contexto político, social e cultural em cada momento sócio histórico. A concepção de infância assume diversos significados de acordo com a visão da sociedade vigente e também dependendo do grupo cultural que se estabelece em cada conjuntura.

Dessa forma, não podemos esquecer que, quando falamos da infância e das inúmeras designações do vocábulo criança, falamos de tempos e espaços diferentes. No decorrer da história, várias concepções foram elaboradas. É preciso considerar que ela é configurada de acordo com os aspectos de uma determinada classe de idade [...] (FERREIRA; SARAT, 2013, p. 237).

Pode-se afirmar que a construção da infância em determinado contexto social sofre constantemente com os rebatimentos e transformações societárias que vai delineando o seu significado de acordo com a percepção dos homens que nela intervêm, influenciando-a por um conjunto de fatores seja de ordem política, econômica, cultural e religiosa. Em um sentido etimológico o termo infância é traduzido da seguinte forma:

As palavras infante, infância e demais cognatos, em sua origem latina e nas línguas daí derivadas, recobrem um campo semântico estreitamente ligado à idéia (sic) de ausência de fala. Esta noção de infância como qualidade ou estado do infante, isto é, d'aquela que não fala, constrói-se a partir dos prefixos e radicais linguísticos que compõem a palavra in = prefixo que indica negação; fante = particípio presente do verbo fari que significa falar, dizer (LAJOLO 1997, p. 229).

Etimologicamente a impossibilidade de falar é característica determinante e estruturante da infância, a ausência da fala no período infante submete a criança a uma total dependência dos adultos, pois ao expressar suas necessidades o faz por outros meios, em que o choro é muito comum nessa fase. Todavia, no decorrer da história, a infância foi edificada com base nos valores morais erigidos no contexto social, de acordo com sua respectiva relação espaço-tempo, conforme veremos nas discussões que seguirão.

3.1. INFÂNCIA NA IDADE MÉDIA

Na Idade Média, tanto a família como a sociedade não desenvolveram nenhuma espécie de preocupação relacionada à proteção e cuidado da infância. O desinteresse por essa fase da vida é abordado na conceituada obra História Social da

Criança e da Família, do escritor francês Philippe Ariès (2011). De acordo com o autor, às crianças era dispensado o mesmo tratamento destinado aos adultos, sendo considerados iguais socialmente. Sendo assim não gozavam de qualquer espécie de direitos ou privilégios próprios à sua idade.

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes (ARIÈS, 2011, p. 99).

Na sociedade medieval erigiu-se uma cultura que se absteve de reconhecer a infância como uma fase peculiar e imprescindível no processo de desenvolvimento humano. A consciência sobre o que é ser criança não existia, não havia naquela sociedade o interesse em preservar a vida do infante. Tanto a família como a sociedade eram desprovidas do entendimento sobre as particularidades requeridas para a proteção nessa fase da vida.

Para Ariès (2011) as exigências e os caprichos cívicos que a atual sociedade se submete naturalmente desde o nascimento da criança são preocupações que nem sequer passava pela mente das pessoas na sociedade dos séculos XVI e XVII. A precisão e controle do tempo e do espaço expresso pela identificação do dia e hora do nascimento de uma criança, o apreço e a importância na escolha do nome são características dessa sociedade hodierna que era indecifrável e inadmissível naquele tempo.

O Mesmo autor destaca que o aniversário é uma ocasião que relembra a data da chegada de alguém a esse mundo, para tanto é um dia memorável e de regozijo, todavia na Idade Média a importância em relação à idade pessoal deu-se a partir dos reformadores religiosos e civis que passaram a implementá-la nos documentos, de início começando pelas classes instruídas da sociedade. Enquanto a noção de identificação pessoal da idade não foi uma exigência na Idade Média, as “idades da vida” foi uma terminologia muito utilizada, primeiro nos tratados pseudocientíficos e que posteriormente tornou-se comum o seu uso no âmbito familiar para especificar as diferentes fases da vida que consistia num total de seis: infância e puerilidade, juventude e adolescência, velhice e senilidade (ARIÈS, 2011). Esse método de designação das etapas da vida caracterizava-se por assumir um duplo papel.

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os sete anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de *enfant* (criança), que quer dizer não falante, pois nessa idade a pessoa não pode falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino (ARIÈS, 2011, p. 6.).

Dentro desse contexto nos anos iniciais da vida, o sentimento era superficial acerca da infância denominado de “paparicação”, nesta fase a criança era considerada ingênua, gentil e graciosa e precisava ficar sob os olhares adultos, porém era tida como objeto de entretenimento e distração. Pelo fato de ser vista como coisa engraçada e ideal para a diversão, se tornava a fase de maior risco, tanto em relação à mortalidade infantil, quanto a outros riscos como os de ordem sexual os quais eram bastante velados (ARIÈS, 2011).

O autor analisa que assim que a criança atingia os sete anos iniciava-se uma nova etapa em sua vida marcada por sua inserção no mundo adulto. A essa altura diminuía exponencialmente a mortalidade, contudo, ainda continuava a mercê de várias vicissitudes da vida, era uma fase ainda muito indefesa, esta fase é a segunda idade a qual se chama *pueritia* que se estendia até aos quatorze anos (ARIÈS, 2011). Posteriormente vem a terceira idade,

[...] chamada de adolescência, que termina, segundo Constantino em seu viático, no vigésimo primeiro ano, mas, segundo Isidoro, dura até 28 anos... e pode estender-se até 30 ou 35 anos. Essa idade é chamada de adolescência porque a pessoa é bastante grande para procriar, disse Isidoro. Nessa idade os membros são moles e aptos a crescer e a receber força e vigor do calor natural. E por isso a pessoa cresce nessa idade toda a grandeza que lhe é devida pela natureza. [O crescimento, no entanto, termina antes dos 30 ou 35 anos, e até mesmo antes dos 28. Certamente devia ser ainda menos tardio numa época em que o trabalho precoce mobilizava mais cedo as reservas do organismo] (ARIÈS, 2011, p. 6).

A adolescência se estende por um longo período de quase vinte anos, é a idade do crescimento, quando a estrutura corporal e psicossocial se reveste de solidez, nesse período o indivíduo está apto para a atividade sexual. Aqui é importante ressaltar que devido a precocidade da criança nas atividades laborais, o seu processo de crescimento e formação anatômica poderiam ser prejudicadas (ARIÈS, 2011).

Na Idade Média, o indivíduo vivia em comunidades feudais, as quais se constituíam como um ambiente bastante familiar, onde todos se conheciam. Os papéis, tanto de gênero quanto profissional, eram determinados pela comunidade. Grossman (1998) descreve que, nessa época, o desenvolvimento era entendido como um fenômeno quantitativo e não qualitativo. As crianças e adolescentes eram considerados adultos em miniatura (Garrod, Smulyan, Powers & Kilkenny, 1995), necessitando apenas de crescer em termos quantitativos em todos os aspectos físicos e mentais da espécie humana. Dessa forma, assim que a criança superava o período de alto risco de mortalidade, ela logo era misturada com os adultos e ia

aprendendo as tarefas, crenças e valores que seriam solicitados quando se tornassem adultos (Garrod & cols., 1995; Grossman, 1998) (FERREIRA, et., al, 2010, p. 229).

A fase da juventude é denominada como sendo a idade de mais força e vigor físico. Ariès (2011), descreve que inicia a partir dos trinta e cinco anos e perdura aproximadamente até os cinquenta anos. Nessa fase se destaca a virilidade e o exercício de atividades de alto risco, nesse caso incluía a ida dos homens para as atividades de guerra. Após a juventude segue-se a chamada senectude caracterizada pela gravidade, ou seja, nesse momento da vida o sujeito torna-se mais rígido quanto aos costumes e tradições (ARIÈS, 2011). A última fase da vida é aquela,

[...] que dura, segundo alguns, até 70 anos e segundo outros, não tem fim até a morte. A velhice, segundo Isidoro, é assim chamada porque as pessoas velhas já não têm os sentidos tão bons como já tiveram, e caducam em sua velhice... A última parte da velhice é chamada *senies* em latim, mas em francês não possui outro nome além de *vieillesse*... O velho está sempre tossindo, escarrando e sujando [ainda estamos longe do nobre ancião de Greuze e do Romantismo], até voltar a ser a cinza da qual foi tirado (ARIÈS, 2011, p. 7).

A velhice vinha acompanhada na maioria das vezes por limitações, por diversas enfermidades ou perda do vigor físico, era discutido pelos autores que destacavam em relação aos idosos um sentimento de inutilidade ou ociosidade. O autor acima afirma que é uma fase da vida em que não havia nada para fazer a não ser esperar o momento da morte. Apesar desse significado sombrio e pejorativo a velhice tinha também um sentido de superação, pois naquela sociedade os desafios para a sobrevivência e a luta pela vida se iniciava desde a mais tenra idade.

Enquanto as idades da vida no sentido biológico apontavam a distinção e desenvolvimento da anatomia do corpo, as funções sociais designavam as atividades exercidas por cada indivíduo nas diferentes fases da vida e determinavam o fim de um ciclo e início de uma nova etapa no contexto das atividades desenvolvidas pela sociedade, bem como a passagem pelos diferentes grupos sociais existentes (ARIÈS, 2011). Quanto às funções sociais, as idades da vida estavam apresentadas da seguinte maneira.

Primeiro, a idade dos brinquedos: as crianças brincam com um cavalo de pau, uma boneca, um pequeno moinho ou pássaros amarrados. Depois, a idade da escola: os meninos aprendem a ler Ou seguram um livro e um estojo; as meninas aprendem a fiar. Em seguida, as idades do amor ou dos esportes da corte e da cavalaria: festas, passeios de rapazes e moças, corte de amor, as bodas ou a caçada do mês de maio dos calendários. Em seguida, as idades da guerra e da cavalaria: um homem armado. Finalmente, as idades sedentárias, dos homens da lei, da ciência ou do estudo: o velho sábio barbudo vestido segundo a moda antiga, diante de sua escrivaninha, perto da lareira (ARIÈS, 2011, p. 9).

Esse estilo de contagem assemelha-se as etapas de um jogo em que só é possível avançar a próxima fase em caso de vitória. Essa é uma metáfora bastante verídica, mas, ao contrário dos jogos que se iniciam da fase menos complexa para a mais difícil, a criança desde o seu nascimento teria que lutar com suas próprias forças e solitariamente contra o alto índice de mortalidade infantil que as assolava. Postman (1999) afirma que devido à alta taxa de mortalidade infantil, a família não demonstrava nenhum afeto emocional com a criança, não havia sequer a construção de vínculos afetivos. A estratégia utilizada para superar o problema era a constituição de muitos filhos na esperança de que uma minoria sobrevivesse ao flagelo da morte.

Em uma sociedade na qual a morte reduzia pela metade as crianças, em menor número junto a alguns e muito mais junto a outros, a resignação era uma necessidade psicológica. Era expressa da mesma maneira tanto pelos médicos quanto pelos eclesiásticos, como pelos pais de família que tinham um diário: 'Deus nos deu e Deus nos tirou'. Pode considerar-se essa idéia (sic) como eminentemente religiosa; mas não se pode esconder que favorecia um certo fatalismo, diante da procriação e diante da morte do filho, fatalismo que não é particularmente característico da religião cristã. É a impotência de lutar contra a morte e o desconhecimento dos mecanismos da reprodução que tingiam de fatalismo a religião daquele tempo (FLANDRIN apud PANCINO; SILVERIA, 2010, p.189).

A igreja exerceu forte influência sobre o modo de ver a infância, pregava o batismo como único meio de salvá-la dos males que lhe era atribuída, além de considerá-la ingênua e inocente (BOROWSKI, 2015). "Naquele contexto de perigo iminente de que, sobretudo as crianças recém-nascidas não sobrevivessem, insere-se a grande preocupação do mundo católico, de que as crianças recebessem o sacramento do Batismo e salvassem ao menos a alma [...]" (PANCINO; SILVERIA, 2010, p. 192).

O elevado número de mortalidade infantil nesse período explica o desafeto da sociedade em relação as crianças, a ausência de cuidados/proteção, a falta de higiene, os cuidados com a saúde e a entrada muito cedo no trabalho. Não havia naquele tempo uma consciência social que promovesse as condições higiênicas necessárias para a prevenção contra as doenças (ARIÉS, 2011).

O conceito de saúde pública não fazia parte das preocupações da sociedade medieval. O que hoje é conhecido como regras de civilidade e de comportamento, são precauções que não faziam parte do cotidiano das famílias, a cultura da época não ensinava como proceder num ambiente aglomerado de pessoas, com relação a higiene pessoal e limpeza do ambiente local.

Não tinham, por exemplo, o mesmo conceito de espaço privativo que nós temos; não sentiam repulsa por certos odores humanos ou funções do corpo;

não tinham vergonha de fazer suas necessidades biológicas sob os olhares dos outros; não sentiam nojo de ter contato com as mãos e bocas dos outros. Em face disso, não ficaremos surpresos ao saber que na Idade Média não há indícios de ensinamento de hábitos de higiene nos primeiros meses de vida do bebê (POSTMAN, 1999, p. 31).

As sociedades medievais não eram organizadas tal qual é a sociedade atual. Adultos e crianças praticavam o lazer juntos, brincadeiras e jogos eram compartilhados sem nenhum critério de idade. “O menino era considerado um homem, exceto no aspecto relativo ao amor e a guerra [...]” (POSTMAN, 1999, p. 30) Ao que tudo indica completar sete anos era um privilégio, pois além de escapar do alto índice de mortalidade infantil esta era a idade em que começava a trabalhar e frequentar a escola (ARIÈS, 2011).

Após essa idade somente algumas crianças frequentavam a escola, preferencialmente aquelas que pertenciam às famílias ricas. No entanto a educação era muito escassa, frágil e pobre. As classes eram formadas com pessoas de todas as idades, vale lembrar que o professor não dispunha de um conteúdo sistematizado, a ausência de uma cultura alfabetizada contribuiu para a indefinição do conceito de criança (ARIÈS, 2011).

É claro que as escolas não são desconhecidas na Idade Média, algumas delas estão ligadas à igreja, outras são particulares [...] tais escolas quando existiam, se caracterizavam pela ‘falta de gradação nos currículos de acordo com a dificuldade do assunto, pela simultaneidade no ensino das matérias, pela mistura das idades e pela liberdade dos alunos’ Se um menino da Idade Média ia à escola, começava aos dez anos de idade, provavelmente mais tarde [...] considerava normal encontrar adultos de todas as idades na sua turma e não se julgava diferente deles. Certamente não descobria correspondência alguma entre as idades dos alunos e o que eles estudavam. Era constante a repetição das lições, já que novos alunos chegavam continuamente e não tinham ouvido o que o mestre tinha dito antes (POSTMAN, 1999, p. 29).

A educação era bastante frágil, os adultos não tomavam nenhum cuidado nem se quer em relação aos segredos, todo tipo de assunto era exposto na frente das crianças. Era uma sociedade que não presava pela cultura do respeito nem sequer em relação à sexualidade.

A idéia (sic) de esconder os impulsos sexuais era estranha aos adultos, e a idéia (sic) de proteger as crianças dos segredos sexuais desconhecida. ‘Tudo era permitido na presença delas: linguagem vulgar; situações e cenas escabrosas; elas já tinham visto e ouvido de tudo’ Realmente, na Idade Média era bastante comum os adultos tomarem liberdades com os órgãos sexuais das crianças. Para a mentalidade medieval tais práticas eram apenas brincadeiras maliciosas (POSTMAN, 1999, p. 31).

Havia nessa época uma total ausência de proteção às crianças Ariès (2011, p. 75) afirma que “o leitor moderno [...] fica confuso diante da liberdade com que se

tratavam as crianças, da grosseria das brincadeiras e da indecência dos gestos cuja publicidade não chocava ninguém e que, ao contrário, pareciam perfeitamente naturais”. Nesse sentido tais afirmativas são provas contundentes de que a Idade Média foi sem dúvida, um período obscuro e negligente quanto à construção social do conceito da infância.

3.2. INFÂNCIA NA IDADE MODERNA

A idade moderna se caracteriza pela ruptura das relações sociais com as bases medievais impulsionando significativas mudanças de visões de mundo, no âmbito da política, religião, economia, cultura e educação. Guiado por valores opostos aos ideais cristãos, do antropocentrismo surge a visão apoiada na defesa das liberdades individuais, centralidade no homem. A partir da idade moderna as pessoas passam a ter uma visão mais aberta e começam a questionar as imposições de líderes religiosos. A modernidade apresenta separação entre o que é mundano e o que é religioso, a secularização da sociedade e de seus desdobramentos, o surgimento da burguesia e do Estado Moderno como regulador social, é o fim do feudalismo, dando lugar a uma nova economia baseada na obtenção do lucro (FORMIGONI, 2010).

Com a Modernidade prepara-se o declínio e depois o desaparecimento daquela sociedade de ordens que tinha sido típica justamente da Idade Média e que negava o exercício das liberdades individuais para valorizar, ao contrário, os grandes organismos coletivos (a Igreja ou o Império, mas também a família e a comunidade), favorecendo o bloqueio de qualquer mudança e intercâmbio social. Essa sociedade de ordens era também uma sociedade governada pela autoridade política, religiosa e cultural, representada no grau máximo pelo imperador e pelo papa, que eram os avalistas da ordem social e cultural, como também os intérpretes e os símbolos da ordem do cosmos, estabelecida pelo ato divino da criação (CAMBI, 1999, p.196).

As alterações ocorridas na sociedade não significaram que houvesse superação imediata de conceitos retrógrados no entendimento da infância, essas transformações conceituais e práticas foram acontecendo à medida que a família e escola também foram se transformando e modificando posturas além de reorganizarem a forma de ensinar e de se comportar. Na Idade Média essas instituições eram descritas da seguinte forma:

[..] a família era mais ampla e dispersa, composta de muitos núcleos, dirigida pelo pai (herdeiro do *pater familias* latino) e submetida à sua autoridade, organizada como uma microempresa, mais como um núcleo econômico do que como um centro de afetos e de investimento social sobre as jovens gerações; a escola era sobretudo religiosa, ligada aos mosteiros e às

catedrais, não organicamente definida na sua estrutura, nas suas regras e na sua função, não articulada por "classes de idade" e ligada a uma didática pouco específica e pouco consciente (CAMBI, 1999, p. 204).

Com as mudanças societárias e de concepção alteraram-se os papéis exercidos tanto pela família quanto pela escola que se contrapuseram àqueles praticados na Idade Média. No contexto da família, houve uma redução do número de filhos, enquanto a medieval era composta de diversos núcleos a moderna caracterizava-se mononuclear, constituindo-se num modelo de família burguesa. A construção dos laços afetivos é marca evidente tendo em vista a importância que se dá ao outro, a consciência da particularidade infantil denota os cuidados dispensado à criança. Nessa nova configuração os filhos recebem demasiada importância no seio familiar (CAMBI, 1999).

A escola nessa época apresenta-se como instituição organizada e sistematizada em classes formalizadas de acordo com as faixas etárias e com grade curricular formulada para atender os alunos conforme suas particularidades. Uma escola que ensina, transmite conhecimento, mas também que desenvolve uma função educativa e que exerce o seu poder por meio da ação disciplinadora e corretiva, que auxilia a família no processo de educação e instrução dos filhos, (CAMBI, 1999). Nesse sentido, família e escola se tornaram instituições parceiras, fundamentais na construção tanto do conceito moderno de infância, quanto das fronteiras que separam o mundo dos adultos do mundo das crianças.

A partir do fim do século XVII conforme aponta Ariès (1986) a relação família-escola desencadeia um processo denominado de *revolução escolar e sentimental*. Nessa revolução ocorrem dois fatores que evidenciam a mudança de tratamento da família em relação à criança. O primeiro fator é a escolarização.

[...] a escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles [...] a criança foi separada dos adultos e mantida a distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio (ARIÈS, 1986, p. 11).

Na Idade Média o ensino se voltou para o desenvolvimento de experiências práticas, era um conhecimento empírico não existia sistematização metódica e privilegiava a oralidade. Como afirma Postman (1999, p. 28) “[...] o modo medieval de aprender é o da oralidade; acontece essencialmente na prática de algum serviço – o que poderíamos chamar de estágio no trabalho”. No entanto o modo moderno de aprendizagem é o da escolarização, em que a criança está à parte do adulto, em um

ambiente reservado próprio para isso. O segundo fator é a afeição necessária que foi desenvolvida, sobretudo pela importância que se atribuiu à educação.

[...] tratava-se de um sentimento inteiramente novo [...] a família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu anonimato, que se tornou impossível perde-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela (ARIÈS, 1986, p. 12).

A concepção moderna de família segundo o autor promoveu a emancipação da infância, elevou o seu status, de modo que a prioridade central é o controle, o cuidado e a proteção dos filhos. Nesse sentido a redução da prole justifica-se pela importância que se dá à vida do infante, não era mais admitida a procriação de muitos filhos na esperança de que apenas alguns sobrevivessem. Surge então a necessidade de educá-los, de lhes ensinar as boas maneiras, os valores morais. (CAMBI, 1999).

As mudanças operadas na família moderna no final do século XVIII transformou o papel da mulher, que além de esposa assume a responsabilidade que antes era desempenhada pela ama. Gradativamente o sentimento do amor maternal passa a ser valorizado na sociedade, a maternidade já não era mais considerada uma obrigação, pelo contrário torna-se a mais nobre missão da mulher. Em decorrência disso nos séculos seguintes observa-se o surgimento da mãe coruja, aquela que vive em função dos filhos fornecendo-lhes todo o cuidado, carinho e amor necessários (NASCIMENTO, 2001).

Sobre o conceito de infância durante o século XVIII prevaleceram especificamente duas grandes tendências intelectuais, a concepção lockiana ou protestante, e a rousseuniana ou romântica.

Na visão protestante, a criança era uma pessoa amorfa que, por meio da alfabetização, da razão, do autocontrole e da vergonha podia tornar-se um adulto civilizado. Na visão romântica não é a criança amorfa, mas o adulto deformado que constitui o problema. A criança possui como direito inato aptidões para a sinceridade, compreensão, curiosidade e espontaneidade que são amortecidas pela alfabetização, educação, razão, autocontrole e vergonha (POSTMAN, 1999, p. 73,74).

A diferença entre as duas concepções baseia-se mais pontualmente no processo de adição e subtração da educação. Na visão lockiana era necessário submeter a criança a um conjunto de disciplina que viesse a formar o seu caráter e personalidade e imprimir valores conforme os padrões sociais exigidos, a escola seria o meio pelo qual a criança deveria ser moldada. Na visão romântica a criança nasce com suas inclinações para o bem, não sendo necessário enclausurá-la ou engessá-la

dentro de uma forma dos adultos, basta deixá-la em seu estado natural, que as virtudes serão desenvolvidas voluntariamente, nesse caso era necessário protegê-la da promiscuidade dos homens corruptos. Não obstante as diferenças, os dois autores demonstram nítida preocupação com o futuro da infância, tal inquietação demonstra que a sociedade moderna se libertou daquela apatia impregnada na alma dos medievais (POSTMAN, 1999).

Embora as preocupações em torno da infância fossem tema de debate, Postman afirma que a invenção da prensa tipográfica foi o estopim para o aparecimento da infância “[...] a imprensa criou uma nova definição de idade adulta baseada na competência de leitura, e, conseqüentemente, uma nova concepção de infância baseada na incompetência de leitura” (POSTMAN, 1999, p. 32).

Com o surgimento da prensa tipográfica o método oral de aprendizagem foi substituído pelo hábito de leitura. Passa-se a promover acesso ao conhecimento através da enorme produção e impressão de livros para o idioma vernáculo (POSTMAN, 1999). O aparecimento da tipografia foi um divisor de águas na cultura europeia, colocando um ponto final no monopólio do papado romano. A igreja perdeu o controle e o domínio que tinha da ciência, da arte, da economia, da cultura e porque não dizer politicamente também.

Postman (1999) afirma que a Reforma Protestante foi o maior ato revolucionário proporcionado pela tipografia, ela permitiu que todas as famílias tivessem acesso a Bíblia, numa linguagem totalmente de fácil compreensão. Nas palavras de Lawrence Stone *apud* Postman (1999, p. 48) “ o cristianismo é uma religião do livro, isto é, das escrituras, e desde que este livro deixou de ser um segredo bem guardado, próprio somente para ser lido pelos padres, gerou uma pressão para a criação de uma sociedade letrada”.

Na Idade Moderna passa a existir uma cultura letrada, as pessoas começam a se interessar em ler mais, pesquisar, produzir conhecimentos. Expandiram-se as tecnologias de comunicação e possibilitou à sociedade desenvolver um sentimento de pertencimento coletivo.

Com a ampliação da cultura do conhecimento devido a chegada dos documentos impressos que se espalharam por diversas regiões, viu-se a necessidade de diferenciar o mundo da criança do mundo adulto. Na sociedade medieval o conhecimento era trancado a sete chaves e assim as gerações mais jovens não possuíam acesso, com a circulação de notícias e outras obras escritas foi necessário

criar medidas que diferenciavam o que significava infância protegendo-as do mundo adulto (Postman, 1999). Portanto ao descrever sobre a infância e seus significados, o autor destaca o caráter determinante da alfabetização quanto a sua afirmação ou negação.

A infância é uma função do que uma cultura necessita comunicar e o meio que dispõe para fazê-lo. Embora a economia, a política, a ideologia, a religião e outros fatores influam no curso da infância – fazem-na mais ou menos importante – não podem criá-la ou eliminá-la. Somente a alfabetização por sua presença ou ausência tem esse poder (POSTMAN, 1999, p. 136).

A infância é uma ideia passível de transformações no curso da história, devido a sua maleabilidade, flexibilidade e o seu caráter inconcluso, ou seja, não é um conceito determinado, nem acabado, todavia “tal idéia (sic) percorre um ciclo vital: ela nasce com a prensa tipográfica, desenvolve-se ao longo da Modernidade, reproduz-se em distintas configurações e entra em declínio com a ascensão das mídias eletrônicas” (WEINMANN, 2008, p. 96, 97).

A construção da infância foi surgindo gradativamente impulsionada pelas mudanças societárias e avanços tecnológicos. A partir da chamada sociedade do conhecimento muitas das informações circulantes pelos diversos meios eletrônicos e impressos não eram apropriados às crianças e se tornou então condição essencial mantê-las distantes desse acesso por medida de proteção. Esses avanços ocorrem de forma ainda mais acelerada na idade contemporânea e, continua a colocar em risco e vulnerabilidade a infância como veremos a seguir.

3.3. INFÂNCIA NA IDADE CONTEMPORÂNEA

A Idade Contemporânea nasce a partir da Revolução Francesa, marcada por constantes transformações para consolidar um movimento com ampla magnitude em diversas áreas alcançando povos e culturas diferentes, rompendo com antigas tradições e modo de vida. Tais mudanças operaram nos setores políticos, econômicos, sociais, culturais, científico e tecnológico espalhando-se por toda a Europa e posteriormente para o resto do ocidente (CAMBI, 1999). Logo falar da infância na contemporaneidade exige reportar-se às, “[.] transformações ocorridas nos últimos anos em vários setores, que em combinação com o acesso infantil a informação sobre o mundo adulto, tem mudado drasticamente a infância[.]” (KOSLOWSKI, 2009, p. 38).

Dentre essas transformações a Revolução Industrial no final do século XVIII, fez emergir o crescimento do sistema capitalista trazendo mudanças no modo de produção, na forma de governo e na ordem social (CONCEIÇÃO, 2012). “Nesse momento, pela primeira vez na história, tanto a economia como o saber evoluíram com rapidez suficiente para produzir um fluxo contínuo de investimentos e inovações tecnológicas [...]” (LANDES, 2005, p. 43). Diante dessa conjuntura de rápidas transformações, a infância passa a ser ameaçada, tendo em vista a participação ativa das crianças no processo de produção nas indústrias, conforme analisa Junior e Vasconcellos (2017, p. 273),

[...] no auge da Revolução Industrial inglesa, o trabalho de crianças foi amplamente utilizado nas indústrias têxteis e, conseqüentemente, conferiu notoriedade aos problemas ocasionados pela intensa exploração e pela inserção precoce de crianças e adolescentes no trabalho industrial.

De acordo com Enderle (2013) a utilização da mão-de-obra infantil na indústria era tão frequente e desumana que em todos os setores havia crianças trabalhando da manufatura à tecelagem, eram encontradas também nas mais humilhantes tarefas de fundição de latão, fábricas de botões, oficinas de esmaltação, galvanização e laqueamento. A exposição a esses tipos de trabalho se tornara tão natural que em Birmingham o número de crianças ultrapassava o quantitativo de mulheres trabalhando em indústrias, em alguns locais esse número atingia a marca de trinta mil (30.000) crianças. A faixa etária de inserção no trabalho se iniciava a partir dos cinco ou seis anos, com uma jornada de trabalho não menos do que dez horas por dia submetidas a um ambiente em condições insalubres e fétidas. Nesse sentido de exploração da mão de obra infantil pode ser entendido que,

A industrialização foi uma inimiga constante e terrível da infância. Com o crescimento da indústria e a necessidade de trabalhadores nas fábricas e nas minas, a natureza especial das crianças foi subordinada à sua utilidade como fonte de mão-de-obra barata [...] um dos efeitos do capitalismo industrial foi dar apoio aos aspectos penais e disciplinares da escola, que eram vistos como um sistema para dobrar a vontade da criança e condicioná-la ao trabalho rotineiro nas fábricas [...] isto se a criança tivesse a sorte de ir à escola, pois no século XVIII e em parte do séc. XIX, a sociedade inglesa foi especialmente feroz na maneira de tratar os filhos dos pobres, que foram usados como combustível no parque industrial inglês (POSTMAN, 1999, p. 67).

A industrialização é a verdadeira expressão de como o capitalismo pode subjugar o ser humano, transformando-o em objetos descartáveis desprovidos de valores. Esse esvaziamento das relações humanas provocado pelo sistema capitalista é bem evidente ao ver o tratamento dispensado a tão inocentes seres humanos. Nem

mesmo em seus gloriosos “30 anos dourados” em que se efetivou o Estado de Bem-Estar, houve diferenças no trato com as crianças.

Lessa (2013) ao tratar sobre o caráter de classe das políticas públicas no contexto do Estado de Bem-Estar, desconstrói um mito que serve como invólucro a esse fenômeno. Não obstante, ter se consagrado como um período em que a qualidade de vida cresceu exponencialmente, com serviços públicos qualificados e a economia estabilizada, contudo o seu lado perverso continua inalterado, principalmente no tocante às políticas públicas voltadas para a infância.

Sobre a política de migração de crianças, esta era uma prática antiga nas sociedades europeias que se arrastava desde o século XVII, no entanto após o fim da Segunda Guerra Mundial (1945), foi realizada uma conferência entre os primeiros-ministros britânico e australiano para fortalecer os esquemas de migração de crianças e adolescentes. Países como Inglaterra, Austrália, Nova Zelândia, Rodésia entre outros frequentemente eram denunciados pelos maus tratos, trabalho escravo e abusos sexuais de crianças. As vítimas da imigração não seriam destinadas a adoção em seu novo país antes ficava aos “cuidados” de instituições de caridade, ou religiosas sendo submetidas a trabalho infantil, condições de habitabilidade inóspitas, sem o mínimo de higiene e posteriormente destinadas a servir o país (LESSA, 2013).

Distante dos familiares, aliás, nem sequer deram o direito às crianças de conhecer pai e mãe foram expatriadas de seu país e submetidas a condições sub-humanas retrato de um sistema capitalista selvagem.

Como cidadãos de segunda categoria, alguns jamais conseguiram seus registros de nascimento, por desconhecerem os nomes de seus pais ou o local de nascimento. ‘Não sabe nem o nome de sua mãe?’, era a reação, incrédula e rotineira, dos burocratas australianos e ingleses. Outros descobriam que seus dados, incompletos ou incorretos, não possibilitavam tirar um passaporte para, décadas depois, conhecer as mães ou familiares que ficaram na Inglaterra – ou, com dolorosa frequência, visitar seus túmulos. Outros não tinham direito de votar, nem sua cidadania reconhecida pelo Estado Australiano [...] (LESSA, 2013, p. 82).

Ao analisar as transformações e a hegemonia do sistema no tecido social conclui-se, que possivelmente as grandes revoluções no interior da sociedade tem nome, e está direcionando a trajetória da infância para um trágico fim, o seu desaparecimento. Diante de tal afirmativa passemos a analisar a infância sob o prisma das mídias eletrônicas.

Sobre o avanço tecnológico na Idade Contemporânea, Postman (1999) afirma que num intervalo de apenas cem anos, entre os anos 1850 e 1950 aconteceu nos

Estados Unidos da América – EUA, a chamada “Revolução Gráfica”, que foi um intenso período de invenções de onde saíram a prensa rotativa, a máquina fotográfica, o telefone, o fonógrafo, o cinema, o rádio e a televisão. Esse conjunto de invenções produziu uma reconstrução no âmbito da comunicação em que a linguagem e leitura foram solapadas pelo novo estilo simbólico de informação através da imagem.

Essas inúmeras mudanças afetaram decisivamente o seio familiar, promovendo consequências irreversíveis ao ambiente que seria considerado o abrigo, o refúgio, o porto seguro da infância. Com o advento do “[...] telégrafo iniciou o processo de extorquir do lar e da escola o controle da informação. Alterou o tipo de informação a que as crianças podiam ter acesso, sua qualidade e quantidade, sua sequência, e as circunstâncias em que seria vivenciada” (POSTMAN, 1999, p.86).

Dessa forma o espaço, símbolo de proteção e amor para o pleno desenvolvimento infantil, sofre uma terrível invasão dada à multiplicidade das informações e a incapacidade da família em controlá-la.

A partir da invenção do telégrafo elétrico, a família e a escola começam a perder o controle sobre a torrente de informações que deságua sobre as crianças. Ademais, as sucessivas revoluções nas tecnologias de comunicação, posteriores ao telégrafo inundam o mundo com informação de um novo tipo. Já não é mais a palavra escrita seu meio principal, mas a imagem. E isso promove importantes modificações no universo simbólico em que floresce a infância (WEINMANN, 2008, p. 92).

Os meios de comunicação muitas vezes, não possuíam e não possuem a ética da neutralidade, isto é, estes deixam escapar juízo de valor e ideologias as quais influenciam o comportamento de telespectadores ou leitores. Sendo assim esse avanço “[...] eliminou de uma tacada o tempo e espaço como dimensões da comunicação humana e, portanto, desencarnou a informação a um ponto tal que superou de longe a palavra escrita e impressa” (Postman, 1999, p.84), de modo que o conteúdo da informação destruiu as barreiras geográficas saindo do local para o global. Quando surgem os meios televisivos a explosão de informações foi sem precedentes inclusive porque as imagens também comunicam.

[...] o acesso à informação torna-se definitivamente indiferenciado. [...] o fluxo imagético é vertiginoso, algo da ordem de 1200 imagens por hora o que implica uma duração média de cada tomada de cerca de três segundos. Não há tempo para conceitualização (WEINMANN, 2008, p. 92).

Desse modo, nota-se que as mensagens transmitidas pela televisão são de uma velocidade incomparável, não há tempo para filtrá-las, são absorvidas imediatamente e inconscientemente por muitos, o que também acarreta riscos

inúmeros, principalmente à infância. Considerando o seu potencial televisivo conclui-se que,

[...] a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com a acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público (POSTMAN, 1999, p. 94).

O acesso indiscriminado à informação por meio da televisão tem se configurado uma ameaça ao conceito de infância construído historicamente. A exposição de crianças a esse meio de informação tem sido cada vez mais frequente. O excessivo uso e dependência da tevê bem como, de outros meios eletrônicos de comunicação reconfigura o cenário da Idade Média em uma nova roupagem e o transporta para o momento atual (POSTMAN, 1999).

O consumo da tevê torna-se mais convidativo ainda mais em uma sociedade, como a nossa, cada vez mais violenta, em que as brincadeiras comuns da infância, profundamente marcadas pelo lúdico, pela troca, pela socialização, pela criação, realizadas em espaços abertos como quintais, parques, praças etc., paulatinamente se tornam mais raras, dando lugar hoje a uma infância vivenciada em espaços fechados, cada vez mais marcada por artefatos eletrônicos: tevê, games, internet, telefone celular, MP3, jogos em *lan-house*, chats eletrônicos etc. Uma infinidade de produtos diariamente massificados pela indústria cultural (PONTES, 2010, p. 58).

As tecnologias impulsionaram rapidamente o lazer e nisso confinaram também a infância em espaços limitados dentro de casa juntamente com demais familiares. As crianças em sua maioria se restringem ao espaço doméstico e não são incentivadas a brincarem ao ar livre, tomar sol e se relacionar com outras crianças. Esse lazer eletrônico conduz até mesmo à família entregar um tablet, um smartphone ou mesmo o controle da tevê nas mãos da criança para fins de distraí-la e assim poder ter também seu espaço de trabalho ou de sossego.

Ficam dentro de casa, entre quatro paredes (sofrem toda a sorte de privação de um ambiente confinado, como a falta de contato com a natureza, movimentação contida etc.), com adultos ocupados com tarefas domésticas e trabalhos exercidos em casa, sem poder lhes dar atenção. Passam a maior parte do tempo sozinha, sem crianças para partilhar as brincadeiras, assistem à televisão horas seguidas, os mesmos desenhos animados e acabam até tendo desejos semelhantes (CORSINO, 2005, p. 210).

O contato precoce da criança com as mídias eletrônicas produz consequências irreparáveis cujos efeitos serão evidenciados ao longo de sua trajetória, desde a infância passando pela adolescência e juventude se estendendo na fase adulta até a velhice. Esse acesso ilimitado possibilita também a queima de etapas no processo de

desenvolvimento infantil, ou seja, a criança se torna adulta mais cedo, é um adulto temporão. Assim sendo, a interferência na infância influi em,

[..] modificações quanto ao uso de vestimentas, aos comportamentos e linguagens, as brincadeiras, as atitudes, aos desejos, entre outros. Esta nova roupagem da infância pode tornar-se muito semelhante o mundo adulto e o infantil. Ainda destacamos que, os programas e conteúdos veiculados pela mídia, quando não selecionados e orientados às crianças podem acarretar a indução da adultização, a erotização precoce, a casos de pedofilia, ao consumo desnecessário, entre outros (COLIN, 2019, p.48).

Pontes (2010) considera a mercantilização da infância, um processo movido pela sagacidade com viés de inclusão tendo em vista o seu alcance a classes sociais distintas. Chama atenção para o fato de que a indústria cultural está edificando sobre a ideologia do consumo uma infância única, globalizada, sem fronteiras.

Os padrões de consumo das crianças são fortemente influenciados pelas alterações culturais. Desde muito cedo se aprende que os objetos têm um valor simbólico, que determinam o seu lugar na sociedade. As culturas do consumo dirigidas diariamente às crianças, através das mídias, estimulam a compra e a posse como fonte de status. As crianças, além de serem influenciadas por seus grupos de pares, podem ser, às vezes, elas próprias influenciadoras. Visto que, é comum, adultos serem apresentados a determinados produtos por intermédios de seus filhos, mesmo quando há interesse direto pelo assunto, por estes permanecerem boa parte de suas vidas em frente a (sic) televisão ou outra mídia disponível (KOSLOWSKI, 2009, p.81).

Em decorrência disso, frente a tamanha e desordenada exposição a indústria cultural vende todo e qualquer tipo de produto, desconsiderando a indicação por faixa etária, desde a mais tenra idade são contaminadas com as diversas informações “[..] sobre drogas, sexo, violência, dentre outros assuntos que são abordados para o universo adulto [...]” (COLIN, 2019, p 42).

Diante de tão complexo cenário que cerca a infância torna-se necessário pontuar a seguinte reflexão: qual será o futuro da infância? Que tipo de geração teremos nos próximos anos? Que referência as crianças de hoje serão para as próximas gerações? Dada tal conjuntura a concepção que se tem da infância assume distintas formas em diferentes contextos sendo atravessada por um processo dialético, de altos e baixos em que sua construção e afirmação são percorridas por sinuosos caminhos de avanços e retrocessos (COLIN, 2019). No entanto, na contemporaneidade observa-se um constante recuo na construção social da infância, que compromete seriamente a sua continuidade no transcórre da história pondo em xeque a sua existência.

3.4. INFÂNCIA NO BRASIL

Ao analisar a formação sociohistórica do Brasil constata-se que este foi construído nos moldes estabelecidos pelo padrão europeu. Para tanto, a concepção de infância que aqui se instalou foi edificada conforme as lentes de uma visão eurocêntrica. A história nos mostra que os caminhos percorridos pela infância em solo brasileiro não foram diferentes do que ocorreu em território europeu. Logo, o tratamento dispensado as crianças principalmente no período do Brasil Colônia foi uma extensão do que ocorreu na sociedade medieval, sendo ainda mais agravante pelo fato de que ao chegar a América o colonizador depara-se com uma sociedade constituída de povos nativos que diferenciava em sua forma de organização, possuindo hábitos, costumes, cultura e religião próprias.

Sobre como os nativos viviam, Vespúcio descreve da seguinte forma “[...] essa gente não tem lei, nem fé, nem rei, não obedece a ninguém, cada um é senhor de si mesmo. [...]” (VESPUCCI apud CUNHA, 1990, p.95). Dessa forma a presença dos invasores portugueses, colocou em choque duas culturas extremamente distintas, contribuindo para uma ruptura na forma como esses povos se organizavam e se relacionavam. É dentro desse contexto que se processa a concepção da infância no Brasil.

No Brasil colônia, a ideia de proteção e sentimento em relação a criança não existia, ou seja, as crianças eram consideradas animais que deveriam ter aproveitada sua força de trabalho enquanto durassem suas curtas vidas, ou seja, a expectativa de vida era de quatorze anos de idade, onde metade dos nascidos vivos morriam antes de completar os sete anos de idade (DEL PRIORE, 2010, p. 20).

A ausência do sentimento de infância colocou as crianças debaixo de um jugo hostil, estas eram comparadas com os animais e transmitia a ideia de que esses seres indefesos e inocentes deveriam ser subjugados ao trabalho até o último momento de suas vidas. Para os colonizadores as crianças eram apenas instrumentos de trabalho, a única coisa que lhes interessava era a força, não havia sequer nenhuma espécie de restrição quanto ao uso da mão-de-obra infantil. A ordem a seu respeito era única, explorar sua força de trabalho enquanto vivessem, sendo submetidas a condições sub-humanas.

Durante o século XVI, as crianças viviam imersas num mundo marcado pela mais pura pobreza, e para tirar as crianças destas condições chamadas precárias ou de extrema miséria, estas eram entregues à marinha. Nos anos compreendidos entre 1500, nas embarcações portuguesas encontrava se os grumetes, que eram aqueles que a bordo faziam a limpeza e ajudavam os

marinheiros nos diferentes trabalhos, um trabalho que arriscava a vida devido às tragédias que ocorriam durante o percurso a bordo (COLIN, 2019, p.30).

No Brasil Colônia o futuro das crianças era sombrio e duvidoso, não havia perspectiva de vida, o trabalho infantil era a única alternativa para “protegê-las” do quadro de pobreza e miséria que assolava a população. Segundo Colin (2019) era comum à época ver inúmeras crianças trabalhando nas embarcações portuguesas, sendo expostas a toda sorte de maus tratos e perigo de morte, outras eram recrutadas para as atividades domésticas, cuidavam da casa do senhor de escravos. Havia também as órfãs do rei que eram meninas cujos pais já falecidos, ou teriam sido roubadas de seus lares.

O primeiro projeto de escolarização foi implantado tardiamente em terras brasileiras pela igreja católica, esse sistema baseava-se na premissa da catequização das crianças, para tanto pautava-se em um ensino de caráter moralizador e religioso. Para os jesuítas a “[...] criança deveria receber ‘luz’, ser ‘modulada’, antes que atingisse a idade da puberdade, momento esse, que já seriam corrompidos pelos adultos que estão a sua volta” (HENICK; FARIA, 2015, p. 25829), para eles “a puberdade era entendida como o momento da passagem da inocência original da infância à idade perigosa do conhecimento do bem e do mal, em que a criança assumiria o comportamento do adulto” (NETO, 2000, p. 105). A missão jesuítica consistia em “evangelizar” as crianças, para que ao crescer elas não seguissem os caminhos corrompidos dos adultos, bem como, torná-las pessoas dócil que não questionassem o sistema que os explorava. Era uma forma também de civilizá-las.

A chegada dos jesuítas garantiu amparo e educação às crianças indígenas, no entanto, havia muitas outras que não foram inseridas no projeto de educação jesuítico. Eram crianças negras, abandonadas, órfãs e enjeitadas que ficavam vagando pelas ruas da cidade, com o intuito de resolver esta problemática, a alternativa para tirar tais crianças da rua foi a instituição da roda dos expostos um “[...] mecanismo criado em Roma no século XIII, que permitia as mães abandonarem seus filhos de forma anônima, normalmente crianças pobres, escravas ou crianças nascidas de relacionamentos ilícitos entre um membro da classe abastada com criadas ou escravas” (AZEVEDO; SARAT, 2015, p.24).

Segundo Torres (2006) com a roda dos expostos nos séculos XVII e XVIII houve um confinamento das crianças abandonadas, ao passo que elas foram retiradas dos perigos das ruas, eram submetidas a condições de maus tratos pelas

cuidadoras. Em decorrência disso surge o movimento médico higienista que “[...] atuou para combater os altos índices de mortalidade infantil, provenientes das práticas de abortos, abandono e infanticídio das crianças também deixadas nas rodas” (AZEVEDO; SARAT, 2015, p. 25). A roda dos expostos configurou em uma institucionalização das crianças, em que na verdade pouco ou em nada possibilitou transformar a realidade daqueles indivíduos.

Em 1824 foi promulgada a primeira Constituição do Brasil no período imperial, apesar da transição de regime e das transformações por que passava o país, as discussões sobre a infância não foi palco na agenda do imperador, portanto ela continuou na invisibilidade, sendo vítima da crueldade humana. Reportando à Constituição de 1824, nota-se que não houve nenhum amparo e contribuição a questão da infância no Brasil (COLIN, 2019).

A Constituição Política do Império do Brasil preocupava-se com questões relativas à menoridade do príncipe, por tratar de uma questão de interesse para a manutenção das condições hereditárias de poder, mas não faz qualquer referência significativa em relação à infância ou ao desenvolvimento da criança. Desse modo, no período imperial brasileiro, a constituição de 1824 não apresenta uma atenção especial em relação à criança, onde esta era vista tão somente como um ser marginal que deveria ser submetido ao controle policial. (VERONESE, 1999, p.19).

Com o aumento do número de crianças abandonadas que tinham a rua como seu único lugar de aconchego, as estratégias do imperador consistiram basicamente em retirá-las do meio social, essa alternativa fez surgir “[...] os primeiros asilos, mantidos pelo governo imperial, com o objetivo de ministrar o ensino elementar e profissionalizante a esse público, mascarando, dessa forma, o intuito real de segregação dos menores, retirando-lhes do convívio social.” (POLETTTO, 2012, s/p). Essa era a mensagem transmitida pelo governo da época, o entendimento de que as crianças pobres constituíam uma ameaça para o desenvolvimento da sociedade e, portanto, deveriam viver em condições de isolamento e privados de sua liberdade de ir e vir.

O fim do governo imperial deu lugar a uma nova configuração ao país com a instituição do período republicano brasileiro, a partir desse momento devido ao recrudescimento dos problemas relacionados à criança e a ineficiência das medidas adotadas em combate aos problemas ligados à infância, foi necessário a implementação de várias políticas que atendessem especificamente essas demandas. Diante desse cenário o debate e as discussões sobre o tema ganharam proporções reais, atingindo diversos setores na sociedade. Contudo as preocupações

das autoridades brasileiras não estavam plenamente alinhadas com a promoção social e o bem-estar das crianças, suas apreensões circundavam em torno da garantia a ordem social, e combate à pobreza, nesse sentido as leis promulgadas atribuíram um significado pejorativo a criança.

Em 1921 foi instituída a Lei n. 4.242 de 6 de janeiro de 1921, que autorizou o Governo promover a organização dos serviços de assistência à infância abandonada, trazendo em seu Artigo 3º, parágrafo 1º a designação de menores abandonados, bem como as diretrizes para a construção do código Mello Matos e estabelecendo a maioria a partir dos quatorze anos (BRASIL, 1921).

O menor de 14 annos (sic), indigitado autor ou cúmplice de crime ou contravenção, não será submettido (sic) a processo penal de nenhuma especie (sic); a autoridade competente tomará sómente (sic) as informações precisas, registrando-as, sobre o facto punivel (sic) e sua autoria, o estado physico (sic), mental e moral do menor, e a sua situação social, moral e economica (sic) dos paes (sic), ou tutor, ou pessoa sob cuja guarda viva (BRASIL, 1921, § 16º).

O código de menores implantado em 1927, seguiu na mesma linha de criminalização da infância, faltava aos legisladores responsáveis pelo ordenamento jurídico sensibilidade e empatia com as crianças. Apesar do distanciamento existente entre o período colonial e republicano, todavia as transformações ao longo desse tempo não permitiram reconhecê-las enquanto sujeitos de direitos. Sendo assim,

O Código de Menores visava estabelecer diretrizes claras para o trato da infância e juventude excluídas, regulamentando questões como trabalho infantil, tutela e pátrio poder, delinquência (sic) e liberdade vigiada. O Código de Menores revestia a figura do juiz de grande poder, sendo que o destino de muitas crianças e adolescentes ficava a mercê do julgamento e da ética do juiz (LORENZI, 2016, s/p).

Nesse sentido, o autor destaca que contraditoriamente, as políticas implementadas para regularizar a assistência pública do Estado às crianças vítimas da pobreza terminaram por endurecer as medidas protetivas, o resultado foi a institucionalização, criminalização da pobreza e legalização da violência. Diante dessas medidas o governo se transfigura num agente invasivo, intolerante e sem limites, pois em nome das políticas de assistência e proteção “[...] aos menores abandonados e delinquentes [...] legitimou a intervenção do Estado na família, não só através da suspensão do Pátrio Poder, mas também pela apreensão dos menores ditos abandonados, mesmo contra a vontade dos pais [...]” (RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 25).

No período do Estado Novo, mais precisamente na década de 1940 foi criado o Serviço de Atendimento ao Menor – SAM, cuja função era a internação do menor abandonado e delinquente. A metodologia de trabalho nessa instituição era conduzida pelo autoritarismo e ações de caráter repressivas. Em 1942 nasce a Legião Brasileira de Assistência - LBA, que após o fim da Segunda Guerra Mundial, se reorganizou para atender as famílias vítimas da pobreza (POLETTI, 2012).

No período da Ditadura Militar (1964-1985), merece destaque duas políticas de assistência ao menor. A primeira criada em 1964 é a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM substituiu o SAM, essa política visava “[...] à integração do menor na comunidade, mas teve que ajustar-se ao autoritarismo e à tecnocracia predominante em tal regime, funcionando como um meio de controle social [...]” (BRITO; SILVA, 2016, p. 7). O segundo foi o Código de Menores de 1979, que continuou adotando as mesmas práticas autoritárias e repressivas, baseava-se na doutrina da situação irregular descrita como:

A privação de condições essenciais à subsistência, saúde e instrução, por omissão, ação ou irresponsabilidade dos pais ou responsáveis; por ser vítima de maus-tratos; por perigo moral, em razão de exploração ou encontrar-se em atividades contrárias aos bons costumes, por privação de representação legal, por desvio de conduta ou autoria de infração penal. (FALEIROS, 2011, p.70).

Diante do exposto, a análise do processo de formação sócio histórico do Brasil traz uma compreensão detalhada sobre as políticas de proteção à infância desde o período colonial até a Ditadura Militar. Observa-se que num intervalo de aproximadamente quinhentos anos, a questão da infância foi tema de discussão e debate no contexto da sociedade, evidência disso é o vasto aparato legal criado para tratar sobre tal realidade, todavia, apesar das inúmeras discussões em torno do tema e dos diversos dispositivos jurídicos instituídos para resolver o problema, eles fracassaram, tal fracasso se deve ao fato de que todos comungavam com a mesma ideologia, a criminalização da infância, mas, não é qualquer infância, aqui se trata da infância pobre e desvalida, daqueles que perambulavam pelas ruas porque não tinham o que comer ou não tinham onde repousar a cabeça.

A década de 1980 foi um tempo de esperança, não obstante o cenário revoltoso, todavia, esse foi um período de intensa reivindicação dos diversos movimentos sociais espalhados pelo país que,

[...] representou a derrubada da ditadura e, por conseguinte, a liberalização do controle do Estado sobre a sociedade, além da reconquista de direitos e a volta das eleições diretas. Foi nessa conjuntura que os direitos das crianças

receberam mais atenção, sobretudo por parte de diversas organizações, entre elas podemos destacar o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, entidades de direitos humanos e as ONG's (BRITO; SILVA, 2016, p. 8).

Para Silva (2015) nesse período de redemocratização, o Brasil viveu um marco histórico culminando com a promulgação da Constituição Federal de 1988, a chegada desse documento, representou uma nova história na conquista dos direitos sociais e, por conseguinte nas políticas de assistência à infância, garantindo às crianças reconhecimento como sujeitos de direitos. Assim, no fluxo dessas mudanças em julho de 1990, foi aprovado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, esse documento invalidou a FUNABEM, bem como o código de 1979, dispendo-se sobre a doutrina da proteção integral da criança e adolescente (BRITO; SILVA, 2016).

O artigo segundo da referida Lei (8.069/90) estabelece que até os doze anos incompletos de idade é considerada criança, sendo que a partir dos doze anos até os dezoito compreende a adolescência. Ao fazer essa distinção o ECA garante à criança todos os direitos fundamentais e os cuidados inerentes a essa faixa etária, diferenciando-a do adulto. Sobre a sua aplicabilidade ficou estabelecido que,

§ 3º- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Dessa forma o ECA fruto dos entraves, promovidos pelos diversos movimentos sociais engajados na luta por uma sociedade justa e igualitária rompeu com as demais legislações que num outro tempo serviram mais como instrumentos políticos de opressão e repressão. O ECA foi uma luz no fim do túnel, que brilhou após tantos anos de uma infância esquecida e empurrada para as margens da sociedade. Desse modo ele não é um fim em si mesmo, antes torna-se o começo de uma nova jornada na garantia e efetivação dos direitos da criança. Nesse sentido, Queiroz (2016, p. 84) concorda que,

No Brasil, a consciência da importância da infância para o desenvolvimento do país vem ganhando amplitude e maturidade há bastante tempo [...], em 1990, o país dá um passo gigantesco na garantia dos direitos da infância com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, mais conhecido como ECA. Apesar da importância e da abrangência do ECA, passadas mais de duas décadas, percebe-se que a Primeira Infância tem características muito específicas, que exigem uma legislação própria e detalhada.

Nesse contexto de avanços e conquistas no universo da infância, em 2016 foi sancionada pela Presidência da República a lei 12.357 de 08 de março, que institui o

Marco Legal da Primeira Infância – MLPI, estabelecendo “[...] princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano [...]” (BRASIL, 2016, art. 1º). Essa lei não está dissociada do ECA, no entanto, está voltada especificamente à primeira infância, etapa que compreende os primeiros 6 (seis) anos de vida (idem, art. 2º).

O Marco Legal da Primeira Infância visa promover, por meio de políticas públicas articuladas, o atendimento adequado às suas especificidades e estágio de desenvolvimento, reconhecendo-os enquanto sujeito e titular dos mesmos direitos fundamentais inerentes a toda pessoa humana, respeitando, porém, suas peculiaridades quanto às formas de expressão, linguagem, compreensão da realidade que o cerca, desenvolvimento corporal e biológico, entre outros (EGAS, 2016, p. 258).

O grande diferencial do MLPI, é exatamente esse olhar acurado e a sensibilidade adquirida quanto as particularidades e especificidades da primeira infância, cujo entendimento e compreensão vem propiciar o levantamento de “ [...] subsídios adicionais para o estabelecimento de um arcabouço legislativo de garantia dos direitos das gestantes e crianças muito pequenas, além de garantir que sejam destinados recursos financeiros necessários à efetivação do acesso a estes direitos” (QUEIROZ, 2016, p.84). Esses subsídios propõem alcançar toda a rede de relações que envolve o desenvolvimento da criança no âmbito familiar.

Conforme visto, a configuração de um novo olhar sobre a questão da criança deu-se a partir da Constituição Federal de 1988, uma trajetória de reconhecimento da infância com características peculiares na condição de detentores de direitos em consonância com a concepção de dignidade da pessoa humana. A regulamentação desses direitos consolidou com a existência do ECA, e posteriormente com a sanção da Lei 12.357/2016, reconhecendo a primeira infância como um momento essencial de desenvolvimento da vida de todo ser humano.

Embora as preocupações que circundam o assunto a respeito da infância têm se transformado em constantes avanços ganhando espaço nas agendas políticas nacionais e internacionais, na ciência, no âmbito da sociedade civil organizada e nos mais diversos setores da sociedade, Del Priore (2012, p. 233, 234) afirma que,

O mundo do que a ‘criança deveria ser’ ou ‘ter’ é diferente daquele onde ela vive, ou no mais das vezes sobrevive. O primeiro é feito de expressões como ‘a criança precisa’, ‘ela deve’, ‘seria oportuno que’, ‘vamos nos engajar em que’ etc. até o irônico ‘vamos torcer para’. No segundo, as crianças são enfaticamente orientadas para o trabalho, o ensino, o adestramento físico e moral, sobrando-lhes pouco tempo para a imagem que normalmente se lhe

está associada: aquela do riso e da brincadeira. No primeiro, habita a imagem ideal da criança feliz, carregando todos os artefatos possíveis capazes de identificá-la, numa sociedade de consumo: brinquedos eletrônicos e passagem para a Disneylândia. No segundo, o real, vemos acumular-se informações sobre a barbárie constantemente perpetrada contra a criança, materializadas nos números sobre o trabalho infantil, naqueles sobre a exploração sexual de crianças de ambos os sexos, no uso imundo que faz o tráfico de drogas de menores carentes, entre outros.

Dessa forma, é relevante que as discussões sobre a infância sejam problematizadas, tendo consciência de que é necessário desenvolver ações que de fato tenham um caráter político que, para além de meras discussões promovam uma real transformação da realidade no cotidiano dessas crianças assim como do cotidiano de suas famílias. Portanto, promover e implementar a validação de direitos concernente à infância apregoado nas diversas leis e documentos nacionais e internacionais exige simultaneamente, desconstruir o mundo real, marcado por tantas injustiças sociais que afligem as crianças e suas famílias.

4. ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SEMAS

4.1. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A Secretaria Municipal de Ji-Paraná – SEMAS, foi criada em 03 de abril de 1984 e regida pela Lei nº 023 como Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, sendo uma divisão da Secretaria de Saúde. Submetida a diversas alterações, sua última reformulação foi através da Lei nº 1.397 de 05 de julho de 2005, sendo designada como Secretaria Municipal de Assistência Social.

A SEMAS é responsável pela efetivação da Política de Assistência Social no município de Ji-paraná/RO. Está organizada em redes de Proteção Social Básica – PSB e Proteção Social Especial – PSE, de média e alta complexidade. Este processo visa assegurar a efetivação da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, consolidada pela Lei 12.435/12, o atendimento às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 e da Norma Operacional Básica de Assistência Social – NOB/SUAS.

Sendo uma instituição de caráter público a SEMAS segue as diretrizes do Ministério da Cidadania, objetivando a implantação e implementação dos programas do Governo Federal por meio de recursos para a elaboração, coordenação e execução de programas sociais com a contrapartida do município.

A Secretaria Municipal de Assistência Social desempenha um relevante papel na coordenação de outras redes de serviços como o Centro de Convivência do Idoso, Casa dos Conselhos, Conselho Tutelar, Casas de Acolhimento I e II, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializada da Assistência Social – CREAS.

O atendimento ao público se dá por meio de informações, orientações, encaminhamento, atendimento ao Benefício de Prestação Continuada – BPC para idoso acima de 65 anos e pessoa com deficiência, atendimento aos benefícios eventuais, coordenação do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, visita domiciliar, Programa Bolsa Família – PBF entre outros.

A SEMAS realiza agendamento junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, preenchimento e atualização do Cadastro Único – CadÚnico, instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda para participação dos programas

sociais do Governo Federal. Suas ações sociais atende majoritariamente a população e famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica tanto da zona urbana como da zona rural.

Atualmente a SEMAS coordena quatro Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. Segundo a PNAS (2004) o CRAS é uma unidade público estatal de base territorial localizado em áreas de vulnerabilidade social, executa serviços da rede de Proteção Social Básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais local da política de assistência social. É a porta de entrada da Assistência Social que, por meio do Cadastro Único viabiliza às famílias em situações de risco social o acesso a todos os benefícios e programas sociais do Governo Federal.

O CRAS no município de Ji-Paraná tem como função prioritária “[...] proteger as famílias, seus membros e indivíduos, cujos direitos fundamentais já se encontrem violados, mas que mantém os vínculos ou laços de pertencimentos familiar” (SOUZA; FAUSTINO, 2011, p. 5), possibilita a oferta do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.

De acordo com a NOB-SUAS/2005 o número mínimo de CRAS depende do porte do município, nesse contexto Ji-Paraná é classificado como município de grande porte, contendo quatro CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas, exceto o CRAS Morar Melhor II que atende 2.500 famílias, sendo:

CRAS Jardim dos Migrantes – localizado na Rua Padre Cícero, nº. 721, esquina com São Cristóvão, bairro Jardim dos Migrantes; CRAS Morar Melhor II – Inaugurado no dia 30 de outubro de 2019, está localizado no bairro Morar Melhor II, próximo ao Colina Park II; CRAS São Francisco – localizado na Rua Calama, nº 913, bairro Duque de Caxias e CRAS Roda Moinho – localizado à Rua Cambé, nº 2287, bairro JK.

4.2. RELATO DAS OBSERVAÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO

O estágio em Serviço Social é uma atividade orientada, cujo objetivo é promover ao acadêmico o desenvolvimento de habilidades e competências ligadas à prática profissional. É o momento apropriado para estabelecer a relação entre teoria e prática, “[...] envolve a contribuição para o desenvolvimento do senso crítico, do pensar autônomo, do saber indagar e problematizar e, conseqüentemente, investigar, planejar e executar propostas qualitativas, na dinâmica das relações entre Estado,

Sociedade Civil e Instituição [...]” (LEWGOY; SCAVONI, 2002, p. 2). O estágio é um espaço de inserção na realidade com objetivo de reflexão das teorias e da prática profissional visando enfrentar as demandas e desafios postos à profissão.

O Estágio em Serviço Social possibilita desenvolver uma visão crítica da realidade, bem como auxiliar o estagiário na compreensão das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica da profissão. O Estágio é um espaço de construção de saberes. Essa construção é mediatizada pelos embates e pela relação dialética, não é um lugar para o senso comum, é um espaço de contradição, de reflexão, dúvidas e questionamentos que impulsionam novas construções teóricas e práticas. Assim sendo o estágio,

[...] é expressão da unidade entre teoria e prática. Uma unidade dialética e interdependente que pressupõe a contradição, aproximações sucessivas e a construção de saberes [...] constitui-se num processo de síntese entre teoria/prática, entendendo-a enquanto unidade indissolúvel, na qual, a partir de um determinado referencial teórico, no enfrentamento das condições concretas do real, serão construídas alternativas e respostas profissionais. Trata-se de um processo dialético, que incorpora um conjunto de atividades e procedimentos, que mantém uma certa continuidade e que apresenta certa unidade, organicidade, exigindo particulares modos de fazer, metodologias e procedimentos adequados, ainda que não definidos *a priori*, mas a partir de reflexões e problematizações, os quais dependem da clareza acerca dos objetivos, da convicção nos valores e princípios e da escolha e utilização de um conjunto de estratégias e instrumentos adequados (GUERRA; BRAGA 2009, p. 3).

Dessa forma o estágio em Serviço Social se constitui em um terreno fecundo para a formação e crescimento profissional do(a) acadêmico(a), fornece-lhe as condições necessárias para o seu desempenho, orientando-o (a) na construção de seu projeto político profissional embasado no aporte teórico-metodológico, ou seja, no projeto ético político da profissão sustentado pelo tripé: Código de Ética de 1993, Lei de Regulamentação da profissão (8662/93) e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS (TEIXEIRA; BRAZ, 2009).

A observação no estágio em Serviço Social ocorreu no primeiro semestre de 2019 na Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS do município de Jiparaná/RO. Esse processo ocorreu sob a supervisão prática da assistente social e coordenadora das atividades no Setor de Monitoramento e Controle da Rede Socioassistencial da Proteção Social Básica – PSB, que compreende os seguintes serviços: CRAS Roda Moinho; CRAS São Francisco; CRAS Jardim dos Migrantes; CRAS Morar Melhor e Instituição de Acolhimento Adélia Francisca Santana – IAAFS.

Para a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social – NOB/SUAS, a rede socioassistencial constitui em,

Um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (NOB/SUAS, 2005, p. 20).

Durante o estágio foi possível observar a importância da ação profissional da assistente social enquanto gestora da rede de serviços socioassistenciais. “A gestão em rede permite, então, o melhor alcance da efetivação das políticas públicas municipais e estaduais, diante da intenção de intervir nas situações de desigualdade social, na tentativa de ter sucesso a partir destas ações, superando a falta de recursos” (ANDRADE, et. al., 2015, p. 5). Como coordenadora desses serviços sua atuação consiste na administração dos recursos e benefícios, elaboração de programas e projetos sociais, organização, planejamento e implementação de cursos e oficinas profissionalizantes para atender a população usuária.

No contexto da SEMAS a profissional se insere como trabalhadora assalariada, que vende sua força de trabalho especializada (IAMAMOTO, 2009; RAICHELIS, 2011). Não obstante, além de coordenadora a assistente social desempenha outras atividades, isso se torna necessário devido ao quadro de funcionários não ser condizente com a demanda institucional, assim a prioridade é o atendimento à população usuária.

Ficam evidentes, nesse contexto, os impactos sofridos pela dinâmica da precarização do trabalho, que rebate incisivamente nas condições de trabalho da assistente social. Segundo Faermann e Mello (2016, p. 100) as expressões desse processo são “[...] o desemprego estrutural, a intensificação da exploração, as subcontratações, as terceirizações, os rebaixamentos dos salários e a exigência do trabalhador polivalente [...]”, esse último exerce várias funções ou atividades, em detrimento do aumento salarial sem redução da carga horária de trabalho, dado o reduzido número de funcionários da instituição (IAMAMOTO, 2003).

Conforme exposto houve um período destinado a observações e análises do contexto institucional e prática profissional da assistente social. Durante esse período foi oportunizado conhecer os serviços prestados pela SEMAS, visitou-se várias redes de serviços, a saber: Instituição de Acolhimento Adélia Francisca Santana – IAAFS,

Centro de Convivência do Idoso – CCI, Instituição Girassol, CREAS, Casa dos Conselhos e os CRAS.

Primeiramente teve-se a atenção voltada para a IAAFS. O motivo foi o cancelamento de última hora de uma audiência que havia sido marcada para decidir sobre o futuro de algumas crianças e adolescentes (se elas seriam vinculadas à família novamente ou se seriam destituídas do poder familiar e destinadas ao processo de adoção). Como não foi possível avisar os familiares das crianças sobre o cancelamento muitos deles foram para a audiência, com isso observou-se que a maioria moravam longe, alguns chegavam de bicicleta, outros de moto táxi, outros a pé, mediante essa situação foi pertinente pensar alternativas para atender aos familiares quanto a condições de mobilidade e acesso a instituição.

A IAAFS está localizada no bairro Park Amazonas, aproximadamente seis a sete quilômetros do centro da cidade, assim foi possível identificar as dificuldades enfrentadas pelas famílias das crianças quanto ao deslocamento até à instituição. Nesse sentido reuniu-se com a assistente social e foi-lhe apresentada uma proposta sobre a possibilidade de intervenção para viabilizar condições de acesso das famílias a IAAFS por meio do transporte.

Em relação à proposta a assistente social disse que quanto ao transporte para as famílias realizarem as visitas é fornecido todo suporte para atendê-las, ressaltou ainda que as dificuldades enfrentadas é um desafio e contribui para demonstrar se elas estão realmente interessadas em reconstruir os vínculos com seus filhos, desse modo a referida proposta não seria relevante porque tal suporte é realizado pela instituição quando julga ser necessário.

Feito esses esclarecimentos a supervisora de campo apresentou o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV na primeira infância de (0-6 anos) que seria implantado no mês de maio de 2019 nos três CRAS do município de Ji-Paraná (o CRAS Morar melhor ainda não havia sido inaugurado). Ela explicou que se tratava de um projeto novo, com objetivo de oferecer condições para o desenvolvimento integral da criança no seio da família. Durante sua fala foi notório a sua preocupação com a infância, ela disse acreditar muito nesse projeto que se constitui como um trabalho preventivo, curativo e proativo. Como preventivo atua de forma a fortalecer e proteger os vínculos da família com a criança, como curativo proporciona medidas e ações que visem diagnosticar atos de violação de direitos

contra as crianças, enquanto proativo age antecipadamente fornecendo orientações à família em como auxiliar no crescimento saudável do filho (BRASIL, s/d).

A implantação desse projeto na SEMAS partiu da preocupação com as presente e futuras gerações. Entendendo o contexto atual de sociedade, os inúmeros relatos de trabalho infantil mostram que, “em 2015, havia 2,7 milhões de pessoas de 5 a 17 anos de idade trabalhando no Brasil [...] encontravam-se na situação de trabalho infantil – grupo de 5 a 13 anos de idade – 412 mil pessoas. Destas, 79 mil estavam no grupo de 5 a 9 anos de idade [...]” (IBGE, 2015, p. 62). Quanto aos casos de violência sexual o Ministério da Saúde relata que no período de 2011 a 2017,

[...] foram notificados 184.524 casos de violência sexual, sendo 58.037 (31,5%) contra crianças e 83.068 (45,0%) contra adolescentes, concentrando 76,5% dos casos notificados nesses dois cursos de vida. Comparando-se os anos de 2011 e 2017, observa-se um aumento geral de 83,0% nas notificações de violências sexuais e um aumento de 64,6% e 83,2% nas notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes, respectivamente [...] a avaliação das características sociodemográficas de crianças vítimas de violência sexual mostrou que 43.034 (74,2%) eram do sexo feminino e 14.996 (25,8%) eram do sexo masculino. Do total, 51,2% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos [...] as crianças do sexo feminino com notificação de violência sexual, destaca-se que 51,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 42,9% entre 6 e 9 anos, [...] Entre as crianças do sexo masculino com notificação de violência sexual, destaca-se que 48,9% estavam na faixa etária entre 1 e 5 anos e 48,3% entre 6 e 9 anos [...] (BRASIL, 2018, p.3).

Diante da proposta apresentada, optou-se em abraçar a causa pelos seguintes motivos: ficou evidente a importância do projeto, e os impactos que poderia proporcionar na realidade apreendida, o motivo de ser um projeto novo e não ter nenhuma produção científica sobre o assunto na região de Ji-Paraná e pelo fato da afinidade com o público alvo.

Diante disso a supervisora de campo orientou os estagiários para fazer o acompanhamento do projeto nos três CRAS, analisando a realidade e a dinâmica, como se daria o processo de trabalho no interior de cada um. No entanto no decorrer do desenvolvimento do projeto não foi possível o acompanhamento nos três CRAS, devido a indisponibilidade de tempo, desse modo o acompanhamento foi realizado somente no CRAS Jardim dos Migrantes e Roda Moinho.

Contudo no final do primeiro semestre devido às férias escolares foi necessário suspender as atividades, no entanto ao encerrar o recesso algumas famílias que participavam no Jardim dos Migrantes mudaram de cidade e outras crianças começaram a estudar no mesmo período que acontecia o atendimento em grupo, devido a tais situações o serviço ficou por cerca de três meses suspenso.

Enquanto isso no CRAS Roda Moinho no primeiro semestre o grupo era realizado todas as sextas-feiras no período matutino, porém ao retornar das férias as famílias inscritas não retornaram as atividades, logo a pedagoga responsável pelo grupo no CRAS, fez um grupo no WhatsApp e convocou todas as famílias. No primeiro encontro após o recesso foi feita uma reunião e em comum acordo decidiram mudar o horário de atendimento. Assim manteve-se o mesmo dia mudando o horário para o período vespertino. Desse modo o acompanhamento foi realizado somente no CRAS Roda Moinho.

Como já abordado a oferta do SCFV na primeira infância é novidade no município de Ji-Paraná, sua implantação decorre da urgente necessidade de atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, constituindo-se em “[...] caráter preventivo, protetivo e proativo; pauta-se na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos usuários, com vistas ao alcance de alternativas para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais [...]” (BRASIL, s/a, p. 21).

Regulamentado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), foi reordenado, pelo Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS (Resolução nº 01/2013), integrando a rede de serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica – PSB, (NOB/SUAS 2005). O público alvo para essa faixa etária é em especial:

- Crianças com deficiência, com prioridade para as beneficiárias do BPC;
- Crianças cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda;
- Crianças encaminhadas pelos serviços da proteção social especial (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; serviço de proteção social especial a indivíduos e famílias; reconduzidas ao convívio familiar, após medida protetiva de acolhimento; e outros);
- Crianças residentes em territórios com ausência ou precariedade na oferta de serviços e oportunidades de convívio familiar e comunitário;
- Crianças que vivenciam situações de fragilização de vínculos (BRASIL, 2009, p.10).

Com a aprovação da Resolução nº 01 de fevereiro de 2013 o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS estabelece prioridade de inclusão no SCFV as crianças:

- Art. 3º** em situação de isolamento;
- trabalho infantil;
 - vivência de violência e, ou negligência;
 - fora da escola ou com defasagem escolar superior a 2 (dois) anos;
 - em situação de acolhimento;
 - em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;

- egressos de medidas socioeducativas;
- situação de abuso e/ ou exploração sexual;
- com medidas de proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente ECA
- crianças e adolescentes em situação de rua;

O critério estabelecido conforme visto é uma característica constitucional da Política da Assistência Social que “será prestada a quem dela necessitar independente de contribuição à seguridade social” (BRASIL, 1988, Art. 203). Desse modo se constitui em uma política seletiva que busca prioritariamente minimizar o impacto da pobreza na sociedade. Ainda de acordo com a mesma Resolução os objetivos traçados são:

Criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias e dos adultos na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil; valorizar a cultura de famílias e comunidades locais, pelo resgate de seus brinquedos e brincadeiras e a promoção de vivências divertidas/lúdicas; desenvolver estratégias para estimular as potencialidades de crianças com deficiência e o papel das famílias e comunidade no processo de proteção social; criar espaços de reflexão sobre o papel das famílias na proteção das crianças e no processo de desenvolvimento infantil; assegurar espaços de convívio familiar e comunitário e o desenvolvimento de relações de afetividade e sociabilidade; complementar as ações de proteção e desenvolvimento das crianças e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais (BRASIL, 2009, p.11).

Ao elencar tais objetivos o CNAS busca estabelecer e cumprir o que já foi assegurado na Carta Maior de 1988, no artigo 227, ao propor a criação de espaços de reflexão sobre o papel da família e de sua responsabilidade quanto aos cuidados com a criança. Nesse sentido o assistente social enquanto trabalhador assalariado é contratado pelo Estado para desenvolver um trabalho socioeducativo que visa conscientizar e orientar as famílias sobre a importância em cumprir com suas responsabilidades, oferecendo os recursos mínimos necessários. Para isso o Ministério da Cidadania estabeleceu que é indispensável a presença de um dos familiares durante os encontros.

[...] a criança sempre estará acompanhada de seu (sua) cuidador (a), que é, em geral, um (a) familiar. Durante os encontros do grupo, são desenvolvidas atividades que potencializam o desenvolvimento mental, de linguagem, socioemocional e físico das crianças e estimulam as interações sociais entre ela, o (a) seu (sua) cuidador (a) e os demais participantes (BRASIL, s/a, p. 21).

O desafio para a implantação do projeto é exatamente a exigência da presença dos responsáveis da criança no momento das atividades. Sem a presença destes é impossível atingir os objetivos propostos, sendo que o foco das atividades consiste em trabalhar a prevenção na violação dos direitos e o fortalecimento de vínculos entre

adultos e a criança. Dessa forma o SCFV na primeira infância implantado pela SEMAS no município de Ji-Paraná tem como objetivo trabalhar com as famílias de baixa renda em situação de vulnerabilidade social bem como, atender aquelas em que já tiveram os direitos violados. Sobretudo, visa garantir um ambiente familiar saudável, cujas relações socioafetivas intrafamiliar proporcionem à criança um salutar desenvolvimento emocional, cognitivo e afetivo.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos foi implantado para atender especificamente as famílias afetadas pelas refrações da questão social, materializadas na forma do desemprego, violência, trabalho infantil, pobreza e extrema pobreza. Sendo assim o serviço é realizado por meio de atendimentos em grupos organizados definidos pela faixa etária de vida dos usuários, é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias – PAIF e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos – PAEFI (BRASIL, s/d).

A aproximação do Serviço Social com o SCFV ocorre dada a importante contribuição que este pode oferecer nesses serviços, sendo uma profissão consolidada e detentora de um arsenal de instrumentos técnico-operativos, teórico-metodológicos e ético-político para intervir nas expressões da questão social e produzir respostas às demandas sociais que lhes apresentam (CASSIMIRO, 2011).

Dessa forma o assistente social no contexto do SCFV, atua diretamente no desenvolvimento de ações que beneficia a criança e sua respectiva família, através do acolhimento, orientação e acompanhamento familiar. No entanto, as ações profissionais vão muito além destas, tem a ver com a competência subjetiva de cada profissional em “[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes do cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo” (IAMAMOTO, 2003, p.20).

A necessidade em trabalhar a primeira infância no SFCV surge a partir da necessidade de proteger as famílias e principalmente as crianças, dos efeitos maléficos do sistema capitalista que assola a sociedade. Logo é responsabilidade do Estado disponibilizar recursos para proporcionar o desenvolvimento saudável no seio familiar, promovendo a prevenção e em muitos casos a correção de práticas que violem os direitos consagrados na constituição Federal de 1988.

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, [...], com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo

de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

A missão de proteger e cuidar da criança é tão nobre que foi designada a três instâncias distintas, pelo constituinte brasileiro colocando-a no rol das prioridades absolutas. Posteriormente o ECA, instituiu a regulamentação desses direitos, afirmando a doutrina da proteção integral e reafirmando a necessidade de garantir o pleno desenvolvimento da criança expressa da seguinte maneira.

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Diante das observações realizadas no estágio, foi possível pensar formas de intervenção que de fato atendessem às necessidades das famílias inseridas no SCFV na primeira infância. Os desafios exigiram um comprometimento verdadeiro do profissional juntamente com a equipe técnica, bem como dos estagiários no exercício de uma prática reflexiva, criativa, propositiva e ao mesmo tempo crítica, pois quando se trata de direitos violados precisa ter consciência de que vidas estão em risco, e quando diz respeito a criança, não é somente uma vida ou família que está em perigo, mas, sim uma comunidade, uma sociedade, bairro, cidade e país.

Com foco voltado para o SCFV na primeira infância, observou-se a premente necessidade em fornecer auxílio para as famílias em condições de vulnerabilidade social, trabalhando a prevenção e em casos de vínculos quebrados a restituição do convívio familiar, objetivando promover à criança um pleno desenvolvimento com garantia dos direitos previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e legislações correlatas – Lei da Primeira Infância (Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016); Lei Menino Bernardo (Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014); Lei que instituiu a Escuta Especializada (Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017).

4.3. RELATO DAS INTERVENÇÕES NO CAMPO DE ESTÁGIO

A escolha e planejamento das intervenções operadas no decorrer da segunda fase do estágio em Serviço Social foram pensadas a partir da coleta de dados realizadas por meio da observação na primeira fase. Segundo Bertollo (2016, p. 334, 335) “o ato de planejar pode ser entendido como algo inerente à espécie humana.

Pode-se dizer que o homem planeja suas ações, desde as mais simples até as mais complexas”, ou seja, toda ação humana no meio o qual está inserida são submetidas ao plano do pensamento.

Planejar é analisar a realidade refletindo sobre as condições existentes e prevendo as formas alternativas de ação, a fim de alcançar os objetivos desejados. Podendo ser em curto prazo, para necessidades imediatas e a médio e longo prazo buscando alterar o presente de forma pensada e detalhada, a fim de eliminar ocorrências indesejáveis do percurso e aproveitar as conjunturas favoráveis futuras. O tempo destinado ao planejamento é essencial para evitar várias dificuldades na fase de execução (BONIN, 2014, p. 14).

Para o Serviço Social, planejar é percorrer um caminho articulado aos diversos instrumentais, alinhado ao Projeto Ético-Político da profissão. Planejar é uma atividade central na esfera do Serviço Social, é uma ferramenta essencial para direcionar as ações profissionais. Está inserida na Lei de Regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/1993) nos artigos 4º e 5º como competências profissionais e atribuições privativas:

Planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais. Planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidades de Serviço Social. Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; e, planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidades de Serviço Social (CFESS, 2012, p. 45, 46).

No âmbito do Serviço Social o planejamento é indissociável a profissão, se constitui num instrumento indispensável ao processo de trabalho profissional. Representa um conjunto de ações que devem ser cautelosamente pensadas com vistas a atingir determinados objetivos imprimindo racionalidade na tomada de decisões.

Dessa forma o desafio [...] é apreender o planejamento como um ato que não se restringe ao aparente, à demanda espontânea, imediata e que não se reduz ao papel técnico-operacional na implementação do plano institucional. Mas apreender o planejamento como um ato político, de avaliação de diagnóstico, que toma decisões, escolhe prioridades físicas e orçamentárias, define atividades entre uma série de possibilidades e de correlação de forças dos sujeitos e interesses em presença explícita ou implicitamente (BONIN; KRÜGER, 2015, p. 69).

O planejamento é essencial para o bom andamento das ações “[...] a partir desta perspectiva, o planejamento torna-se uma mediação do exercício profissional do assistente social” (BERTOLLO, 2016, p. 350), que se apresenta tomando como base a matriz crítica em sua tríplice composição, a saber:

Dimensão Investigativa - compreende a produção do conhecimento, a elaboração de pesquisas e os aspectos analíticos que dão suporte, qualificam e garantem a concretização da ação interventiva.

Dimensão ética - explicita os pressupostos estabelecidos no Código de Ética de 1993 e no projeto ético-político, destacando, principalmente, a forma como os assistentes sociais se apropriam deste conhecimento.

Dimensão Interventiva - aquela em que se explicita não somente a construção, mas a efetivação das ações desenvolvidas pelo assistente social. Compreende intervenção propriamente dita, o conhecimento das tendências teórico-metodológicas, a instrumentalidade, os instrumentos técnico-operativos e os do campo das habilidades, os componentes éticos e os componentes políticos, o conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e o reconhecimento da realidade social (TORRES, 2009, p. 217, 218).

No processo de trabalho enquanto “atividade orientada a um fim [...]” (ENDERLE, 2013, p. 335), o assistente social se apropria desse conjunto de dimensões na materialização do seu fazer profissional, contribuindo para dar visibilidade a profissão à medida que viabiliza a consolidação do Projeto Ético-Político. Nesse sentido a instrumentalidade enquanto modo constitutivo da profissão é efetivada conforme a concretização dos objetivos propostos na construção de respostas que modificam o cenário em questão (GUERRA, 1999).

Nesse aspecto, o planejamento das ações interventivas ocorreu com base na realidade apresentada no contexto do SCFV na primeira infância. No planejamento das intervenções a proposta sempre esteve ancorada na direção política defendida pelo Projeto Ético-Político profissional operacionalizado por ações, na viabilização dos direitos, no acesso à informação, no combate a toda forma de violência e maus tratos à criança, no combate ao trabalho infantil, na garantia à boa convivência familiar cujos objetivos consistiram na promoção e fortalecimento das relações sociofamiliar e psicoafetiva da criança.

Foi dito que o SCFV na primeira infância estava em fase de implantação, logo houve a necessidade de levar ao conhecimento da sociedade, a oferta desse novo serviço oferecido pela SEMAS. Posto esse desafio, foi preciso pensar uma maneira eficaz para a divulgação do serviço que não acarretasse ônus financeiro à instituição, haja vista que o Sistema Único da Assistência Social – SUAS tem sofrido constantemente com a ofensiva neoliberal com o desmonte das políticas sociais e o congelamento dos recursos destinados a tais políticas.

[..] no atual cenário brasileiro, tanto a garantia dos direitos dos cidadãos, quanto à assistência social e o próprio SUAS, vem sofrendo ataques através das decisões tomadas [...] mediante reformas, cortes e reduções nos orçamentos destinados, não apenas à assistência social, mas as demais políticas sociais. Esses fatores têm levado ao desmonte e retrocessos destas políticas, do SUAS e principalmente dos direitos sociais (ARAGÃO; HORA, 2019, p. 127).

Pensando em minimizar os gastos com a divulgação do serviço, reuniu-se com a assistente social para encontrar uma solução. Pois “nesse contexto regressivo, de ataques [...] que as políticas sociais vão sendo refuncionalizadas é que [...] os (as) assistentes sociais realizam sua intervenção profissional e constroem respostas profissionais” (CASTILHO; LEMOS; GOMES, 2017, p.460). Sendo assim, utilizou-se a mobilização social, para levar ao conhecimento da população a implantação do SCFV na primeira infância.

A mobilização é a ação inicial de um processo participativo. Caracteriza-se por ser o primeiro passo de toda ação essencialmente política e coletiva [...] é o processo de motivação e organização dos sujeitos em direção à participação revelado na sua movimentação e engajamento em torno de embates e ações de seu interesse a serem desenvolvidas (ALVES, 2004, p. 68, 69).

A mobilização ocorreu em dois momentos distintos: primeiro no espaço socioinstitucional da SEMAS, durante o mês de setembro, período destinado a pesagem do Programa Bolsa Família – PBF e posteriormente em três escolas de educação infantil no município de Ji-Paraná. Desse modo, não seria possível o atendimento à demanda sem a mobilização e organização da sociedade, foi preciso alcançá-la com informações necessárias e objetivas que a fizesse entender e compreender a necessidade e relevância da prestação desse serviço bem como os impactos resultantes na vida familiar e no desenvolvimento da criança. Nesse sentido,

[..] a função de mobilização social desempenhada pelos assistentes sociais direciona-se para o fortalecimento dos espaços de luta dessas classes, onde é possível gerar e socializar conhecimentos, constituindo sujeitos coletivos capazes de participar da construção da hegemonia das referidas classes (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 12).

Durante as ações realizadas na SEMAS, a abordagem foi direcionada para a divulgação de todos os serviços oferecidos pelos CRAS com ênfase especialmente no SCFV na primeira infância. As abordagens foram realizadas no período matutino durante uma semana de forma coletiva, no espaço de atendimento ao público e na sala de pesagem do PBF.

Figura 1 – Divulgação na SEMAS.



Fonte: Santos, 2019.

Ao final de cada abordagem, foi entregue aos usuários um folder contendo o endereço e telefone do CRAS mais próximo de sua residência. Nas abordagens realizadas as pessoas demonstravam interesse em participar do serviço, também foi necessário esclarecer diversas dúvidas pessoais sobre os principais programas e benefícios sociais tais como o PBF e o BPC/LOAS, tornando evidente a responsabilidade do assistente social no “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 2012, p. 24).

Devido ao grande fluxo de pessoas que chegavam para serem atendidas identificou-se a necessidade em abordar as pessoas individualmente conforme elas fossem chegando, pois assim não seria enfadonho com as pessoas que já havia abordado. Dessa maneira o atendimento individual deu-se no portão de entrada que dá acesso para a sala de pesagem do PBF. Nesse diálogo individual a abordagem era realizada de forma sucinta, porém de maneira objetiva e convincente nas informações e orientações prestadas.

O segundo momento da mobilização social ocorreu em visita a três escolas de educação infantil, a saber: Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Esmeralda Ayres de Oliveira; Centro Municipal de Educação Infantil Professora Maria Antônia e Centro Municipal de Educação Infantil Nelson Dias. Durante a visita foi apresentado à equipe gestora de cada escola, a implantação do SCFV na primeira infância destacando a necessidade de conscientizar as famílias para a importância desse serviço. Diante do relato da equipe gestora das escolas ficou claro o alto número da demanda a ser atendida, dada as dificuldades no processo de aprendizagem, o alto índice de faltas nas aulas e o baixo rendimento escolar.

Essa articulação com as escolas é imprescindível dada à importância da relação aluno (a) – professor (a). Essa proximidade deriva do longo tempo que o (a) aluno (a) passa sob os cuidados do (a) educador (a), assim ele (a) se torna um canal diário de comunicação com o (a) aluno (a), bem como com a sua família. Esse vínculo que se estabelece nessa relação dá ao (a) professor (a) a prerrogativa para identificar situações de vulnerabilidades sociais e de violação de direitos (MPT na ESCOLA, 2020).

A partir das análises foi importante trabalhar a intersetorialidade como instrumento “[...] essencial para um diálogo mais efetivo entre as políticas sociais, no sentido de conferir cobertura mais integral às demandas postas pela sociedade -

demandas que não se apresentam de forma setorializada, mas são atendidas como tal pelo poder público” (CARMO; GUIZARDI, 2017, p. 1279).

A intersectorialidade propõe essa integração e articulação com as demais redes de serviços públicos, para viabilizar o atendimento integral às necessidades da população usuária. A lei Orgânica da Assistência Social – LOAS reitera essa relação intersectorial como condicionante para a garantia dos direitos sociais.

art. 2º Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais (BRASIL, 1993).

Nesse interim os desafios para a concretização do enfrentamento à pobreza “[...] consiste em um dilema a ser enfrentado por um ambiente marcado por disputas, fragmentação e burocratização dos serviços” (MARTINS; ZAIDAN, 2107, p.11). Diante dessa realidade os assistentes sociais são requisitados a intervir haja vista que “[...] historicamente trabalham no campo das políticas públicas atuando essencialmente nos serviços disponibilizados para a população [...]” (MIOTO; SCHÜTZ, 2011, p. 14), nessas condições a profissão dispõe de um amplo corpo teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possibilita ao assistente social intervir nesse terreno cheio de embates e contradições.

Destarte, objetivou-se por meio do direito ao acesso à informação (BRASIL, 1988) mobilizar e organizar a sociedade para o processo de participação no SCFV na primeira infância. Foi possível perceber a importância dessas ações de caráter socioeducativas, pois ficou evidente o desconhecimento da população quanto aos serviços ofertados pela SEMAS através dos CRAS. A prática socioeducativa desenvolvida no âmbito do Serviço Social é uma ação mediadora quanto ao esclarecimento dos direitos, orientações e encaminhamentos dos usuários às demais redes de serviços.

[...] são desenvolvidas pelos Assistentes Sociais a partir de três eixos: do trabalho em torno da orientação e informação sobre as questões que envolvem o reconhecimento e a viabilização de direitos sociais; do trabalho em torno de aspectos da organização e dinâmica familiar o que envolve as questões familiares e de “suporte emocional”; e do trabalho em torno da organização social e participação política cuja preocupação é de fortalecer o usuário e a família para uma ação mais coletiva e voltada à mobilização social (JESUS, 2005, p. 144).

Por conseguinte, a atuação realizada na perspectiva da mobilização social mostra a necessidade de que esta seja uma ação contínua no sentido de contribuir com a emancipação humana ao fornecer informações e orientações que asseguram

os direitos sociais. Assim sendo, a efetividade das ações realizadas foi evidenciada pelos resultados colhidos em um curto espaço de tempo, pois a partir dessas ações o grupo do CRAS Jardim dos Migrantes voltou a funcionar e novas famílias se inscreveram no serviço, as escolas encaminharam alguns alunos para acompanhamento e no CRAS Roda Moinho onde o serviço estava ativo houve aumento significativo quanto ao número de famílias inscritas.

As demais intervenções foram realizadas no CRAS Roda Moinho, no âmbito do grupo do SCFV na primeira infância, planejadas com base no caderno de atividades do SCFV de 0-6 (zero a seis) anos. No caderno as atividades estão organizadas em quatro eixos norteadores “[...] contribuindo para a elaboração de propostas que contemplem formas de expressão, interação, aprendizagem e sociabilidade em conformidade com os objetivos do serviço e adequadas à faixa etária dos participantes” (BRASIL, 2018, p. 6). Esses eixos são descritos da seguinte forma:

Eu comigo mesmo: está relacionado à identidade pessoal, à visão que cada um tem de si, sua autoestima, seu autocontrole e resiliência.

Eu com quem cuida de mim: trabalha a comunicação afetiva entre criança e cuidador, a definição de limites, a confiança e o reconhecimento, o respeito aos ritmos.

Eu com os outros: reforça questões relacionais, com o objetivo de apoiar a tomada decisões, resolver conflitos e suas relações com a própria família e seus amigos em termos de comunicação, empatia, cooperação, respeito e sociabilidade.

Eu com a cidade: traz questões como o pertencimento, apropriação na rede de serviços e no território, contar com maior noção de seus direitos e deveres, assim como a participação ativa das redes de relações, de sentidos e de políticas públicas presentes nos territórios (BRASIL, 2018, p. 6, 7).

As atividades propostas nesses eixos denotam formas de apoio, esclarecimento, motivação, inspiração e reflexão que auxiliam os educadores no planejamento das atividades, dessa forma ao trabalhar dentro desses eixos, o assistente social vai além da relação criança-cuidador, abrange um relacionamento familiar, interagindo com todos os membros da família e comunidade, desenvolvendo a sociabilidade, respeito e cidadania (BRASIL, 2018). Não obstante esses eixos norteadores carregam um nível de incidência sobre a autonomia profissional.

A condição de trabalhador assalariado do assistente social faz com que ele seja contratado para realizar tarefas que não foram planejadas e elaboradas por ele, essa situação muito presente na realidade constitui-se numa ameaça a relativa autonomia profissional, além de configurar em alienação e esvaziamento do processo de trabalho. Ao atuar nessas condições o profissional se posiciona entre dois projetos distintos e diametralmente antagônicos em que de um lado, o empregador espera e

exige que ele execute o projeto ou a política da instituição e do outro há o projeto ético-político, padrão para as suas ações com direcionamento social e político (IAMAMOTO; CARVALHO, 1998). Nessa mesma linha Torres afirma que,

Ao ser contratado para prestar serviços nas organizações, o assistente social é designado a desenvolver atividades previamente determinadas pelos gestores, cujo foco principal é a operacionalização das políticas públicas, a execução de programas, projetos e serviços determinados pelas diversas esferas governamentais, nas quais se inserem as atividades constitutivas do trabalho socioeducativo. Ainda nessa perspectiva, o assistente social trabalha em programas e projetos para os quais há repasse de recursos materiais, principalmente aqueles vinculados à área da assistência social e à área da saúde, dirigidos à população chamada de “baixa renda”, ou seja, aquela que vive em condição de vulnerabilidade social, com dificuldade de acessar a rede de serviços socioassistenciais e manter, de forma autônoma, suas necessidades básicas (TORRES, 2009, p. 212).

Nesse contexto o profissional de Serviço Social dispõe da mão-de-obra especializada, não lhe sendo outorgada autonomia para participar do processo de trabalho desde a sua elaboração, planejamento até à execução. Dessa forma o profissional se limita a simples condição de mero executor de políticas sociais em que,

As implicações desse processo são profundas e incidem na autonomia relativa desse profissional, que não possui como vimos o poder de definir as prioridades nem o modo pelo qual pretende desenvolver o trabalho socialmente necessário, coletivo, combinado e cooperado com os demais trabalhadores sociais nos diferentes espaços sócios ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada (RAICHELIS, 2011, p. 425).

Frente a essa situação ocorre uma tentativa de engessá-lo e amordaçá-lo, deixando-o alheio a apreensão da realidade tal como ela é, de modo que, as condições materiais que lhe são oferecidas materializa em uma prestação de serviço precarizada. Portanto os desafios posto a profissão no momento é de recrutar profissionais que tenham “[...] competência para propor e negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais” (IAMAMOTO, 2014, p. 611). Desse modo as ações desenvolvidas, estavam predeterminadas conforme o caderno de atividades do SCFV de 0 a 6 (zero a seis) anos, contudo a partir da compreensão de que a realidade “[...] não é dada e predestinada, não está pronta e acabada, impressa de forma imutável [...]” (KOSIK, 1976, p.19), foram realizadas adaptações para dar respostas às demandas apresentadas.

O encontro em grupo do SCFV na primeira infância no CRAS Roda Moinho é dividido em dois momentos com duração de aproximadamente uma hora e trinta minutos(1h30min), no primeiro as crianças ficam separadas de suas (seus)

cuidadoras (es) (mãe, pai, avó, avô etc.) momento em que são desenvolvidas dinâmicas, contação de histórias, brincadeiras, etc. Com as (os) cuidadoras (es) é realizado dinâmicas em grupos, roda de conversa, orientações e esclarecimentos de dúvidas em relação ao desenvolvimento da infância. No segundo momento a atividade é conjunta, ou seja, visa promover a interação entre criança e cuidadora/cuidador esse é o momento destinado para que as (os) cuidadoras (es) brinquem e se interajam com as crianças contribuindo para a formação e fortalecimento dos vínculos. As ações interventivas foram realizadas no segundo momento, ocorreu em conjunto com crianças e cuidadoras (es).

A primeira intervenção realizada foi a atividade: “a foto do momento” em que todos os participantes deveriam andar e interagir ao som de uma música infantil. Cada vez em que a música fosse pausada era lhes indicado um sentimento ou ação e todos deveriam expressá-lo em uma pose. As (os) cuidadoras (es) ficaram bastante tímidas (os) no momento da atividade, no entanto, as crianças se divertiram interagindo muito bem.

O objetivo da atividade foi mostrar que cada pessoa é diferente do outro, que há diferentes maneiras de ser e de se expressar sendo que cada sujeito possui suas particularidades. Nesse sentido, afirmamos a necessidade em valorizar as diferenças, que estas devem ser respeitadas e não servir de ocasião para a prática do preconceito que segundo Mezan (1998, p. 226) é definido como,

[...] o conjunto de crenças, atitudes e comportamentos que consiste em atribuir a qualquer membro de determinado grupo humano uma característica negativa, pelo simples fato de pertencer àquele grupo: a característica em questão é vista como essencial definidora da natureza do grupo, e, portanto, adere indelevelmente a todos os indivíduos que o compõem.

Ensinar o respeito às diferenças é uma necessidade vital, haja vista que vivemos em uma sociedade heterogênea, rica em diversidade, porém, marcada historicamente por raízes preconceituosas que impera desde a formação social brasileira em que, em determinados grupos e classes sociais predomina o sentimento de superioridade e civilidade em relação aos demais que não se enquadram no estereótipo estabelecido socialmente. Assim a justificativa de pensar formas de combate ao preconceito se faz considerando a conjuntura atual brasileira,

[...] que evidencia a legitimação, por parte da sociedade, de um caldo de cultura ultraconservadora, expressa em práticas fascistas e irracionais. Manifestações cotidianas de ódio e violência contra quem pensa e age de forma diferente relevam um cenário assustador e regressivo, do ponto de vista político e civilizatório, em que a intolerância e a discriminação marcam presença obrigatória (CFESS, 2016, p. 7).

Figura 2 – Crianças e Cuidador (as) interagindo na atividade foto do momento.



Fonte: Santos, 2019.

Nesse momento destacou-se as (os) cuidadoras (es), que elas/eles são o exemplo a ser seguido pelas crianças. Para tanto quanto ao desafio de combate ao preconceito enfatizou-se a importante responsabilidade que cada família desempenha em contribuir com a sua descontinuidade, com seu rompimento na sociedade de modo que, isso se torna possível se educarmos as crianças despidendo-nos dos valores moralistas e crenças preconceituosas adquiridas em nosso processo de formação sociohistórica. Diante dessa dura realidade é preciso “enfrentar situações de preconceitos e discriminação e garantir oportunidades efetivas de participação de todos nos diferentes espaços sociais” (JUNQUEIRA, 2009, p.07).

Dessa forma é imprescindível o combate ao preconceito desde a mais tenra idade sendo que na infância se deve trabalhar a desconstrução da cultura do preconceito instituída no tecido social. Assim, nota-se a importante contribuição do assistente social e o seu engajamento no compromisso ético-político profissional no “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito

à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (CFESS, 1993, p. 23).

Na continuidade das ações interventivas foi realizada a atividade da “garrafa sonora”. Para execução dessa ação foram utilizadas garrafas plásticas de 500 ml, grãos de arroz e milho e fitas adesivas de diversas cores. Junto com as cuidadoras cada criança recebeu uma garrafa e alguns pedaços de fita adesiva para decorar sua garrafa, a decoração deveria ser conforme a criatividade e imaginação da criança. Em alguns momentos foi necessário auxiliar as cuidadoras porque algumas estavam com mais de uma criança. Após a decoração cada cuidadora recebeu uma porção de grãos em que elas deveriam auxiliar as crianças colocá-los dentro da garrafa. Depois da confecção da garrafa sonora estas foram utilizadas como instrumentos para cantar a música escravos de Jó.

Figura 3 – Construção da garrafa sonora. Figura 4 – exibição das garrafas sonoras.



Fonte: Santos, 2019.



Fonte: Santos, 2019.

O desenvolvimento da atividade foi produtivo sendo notável a relação de cuidado entre cuidadoras e crianças, o objetivo foi promover a interação entre todos (as) instigando a criança a brincar livremente de forma guiada, a desenvolver a criatividade, a comunicação afetiva, além de promover uma reflexão a respeito do trabalho infantil. Enfatizou-se às cuidadoras, a relevância em planejar um tempo durante o dia para brincar com a criança dando ênfase as suas necessidades. Essa atitude possibilita o fortalecimento dos vínculos afetivos promovendo o desenvolvimento saudável da criança.

[...] o reconhecimento da atividade lúdica como necessidade típica da infância aparece na Declaração sobre os Direitos das Crianças, instituída pela Organização das Nações Unidas, de 1989, quando, com o artigo 31, é sancionado o direito de brincar. Por outro lado, a afirmação do direito da

infância em brincar estabelece implicitamente o dever por parte do mundo adulto em geral e daqueles que desenvolvem papéis educativos em particular, de preservar tal direito (SAVIO, 2017, p. 16).

O direito ao lazer é garantido pela Constituição Federal de 1988 no artigo 227 sendo dever da família, da sociedade e do Estado assegurá-lo com absoluta prioridade. Posteriormente esse direito foi regulamentado em uma legislação específica, o Estatuto da criança e do Adolescente – ECA que veio reafirmar a sua importância na vida da criança.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990).

A consagração do direito ao brincar é uma conquista para as nossas crianças tendo em vista que historicamente a elas sempre foi negado esse direito, uma vez que a infância terminava muito cedo, logo eram introduzidas no mundo do trabalho. Assim a brincadeira deve ser encarada como um processo essencial e insubstituível no desenvolvimento da infância, o ato de brincar livremente exercita a capacidade de imaginação e estimula a competência criativa. Ao brincar a criança se relaciona com o meio social, se interage com outras crianças, inventa, cria e recria o seu mundo.

O brincar apresenta-se como atividade indispensável e integrante do dia a dia [...] é uma dimensão do humano e que muito se faz presente quando se é criança. Podemos dizer, então, que, por meio das brincadeiras, as crianças alicerçam suas fantasias, suas emoções, seus encantamentos, suas descobertas, compreendem o meio social, desenvolvem habilidades, conhecimentos e criatividade, dando ênfase a sua imaginação, revelando o brincar como elemento essencial e peculiarmente formado nas rotinas do brincar das crianças (FILHO, 2010, p. 92).

O brincar na vida da criança vai muito além de ser uma relação com características voltada apenas para o entretenimento ou diversão, ele é um processo educativo que “[...] proporciona à criança a aquisição de novos conhecimentos, desenvolvendo habilidades de forma natural agradável, sendo uma das necessidades básicas e essencial para o desenvolvimento motor, social, emocional e cognitivo” (FREITAS; BATISTA, 2018, p. 27). Na infância a brincadeira é uma forma pela qual a criança se desenvolve integralmente e o simples ato de brincar sem necessidade alguma de controle dos adultos favorece a percepção do mundo infantil pela criança.

O brincar, fenômeno que faz parte da vida de todo ser humano, é muito mais do que um episódio da infância: é uma das linguagens essenciais das crianças, refletida nas suas brincadeiras, nas suas expressões lúdicas plásticas, nas suas expressões corporais, musicais, linguísticas, gestuais etc. O brincar contribui para determinar o temperamento, os potenciais e as

possibilidades criativas de cada indivíduo. Trata-se de um fenômeno que começa no nascimento como um impulso inato e irá perdurar e enriquecer-se do repertório das diversas culturas com as quais cada ser humano tem contato ao longo da sua vida, das formas mais variadas, no cotidiano, na profissão, no lazer (FRIEDMANN et. al., s/d, p. 103).

Durante o processo de confecção da garrafa sonora foi possível observar várias crianças com modelos diferentes em sua decoração, a cor da fita, a forma como eram coladas a quantidade de fitas usadas, tudo isso atribuía significados e materializavam a sua imaginação. A preferência pelo modelo da garrafa, a predominância de uma cor em relação às demais são mensagens simbólicas que, carregam um sentido nas formas de linguagens e retratam as suas subjetividades e particularidades.

Parece-nos que investir na dimensão da brincadeira é como 'abrir as portas' à construção da diversidade de valores, crença, formas de composição e criação de crianças e adultos. Assim, as rotinas do brincar das crianças, especificamente, além de se apresentarem como uma prática de desenvolvimento das brincadeiras também é uma prática de educação, o que, conseqüentemente, passa a ser uma prática de produção de culturas. Nesses termos, ao estabelecer uma interação entre as brincadeiras e a produção de culturas, as crianças entrecruzam diversas formas de relações sociais, as quais podem ser cotidianamente comuns ou extrapolar a vida cotidiana das crianças (FILHO, 2010, p. 93).

Quanto à participação das cuidadoras observou-se o envolvimento e as orientações cuidadosas no manuseio da tesoura para cortar as fitas adesivas, sempre estavam atentas auxiliando as crianças na colagem das fitas, bem como ao colocar os grãos dentro das garrafas. O engajamento de cada cuidadora foi essencial para atingir os objetivos propostos na atividade.

Ao interagir com a criança o cuidador deve ter a consciência de que está entrando em um mundo que é diferente do seu, com significados distintos, repleto de signos e símbolos, um mundo totalmente oposto à realidade adulta.

[...] as interações entre crianças e adultos acontecem por intermédio de seus corpos que estão situados em um contexto sociocultural. Esse contexto vai determinando modos de ser exige-lhes performances, ou seja, os corpos de adultos e crianças estão imersos em uma determinada cultura. Olhares, gestos, expressões, falas, representações são manifestações típicas das diferentes culturas que, quando manifestadas, são comunicadas e compreendidas por intermédio de códigos e/ou signos (SAYÃO, 2002, p. 57).

Diante dessa relação sociocultural a brincadeira se estabelece como elemento mediador, pois ela tem a função de aproximar o adulto da criança. Desse modo no contexto do brincar, o adulto se esvazia do seu mundo, de sua cultura, de seus valores e de suas regras e adentra num mundo repleto de simbolismos cuja intenção deve ser fornecer a criança condições para evoluir de acordo com o seu ritmo. Quando ocorre essa dinâmica,

As interações entre adulto-criança durante as brincadeiras podem ajudar as crianças a promoverem e exercitarem suas habilidades de brincar ainda não completamente dominadas ou desenvolvidas [...] assim, todas as crianças, não apenas as crianças socialmente desfavorecidas, precisam da assistência dos adultos para se tornarem exímios jogadores (*expert players*) e para desenvolverem a vasta gama de habilidades cognitivas e sociais que fazem parte das formas mais avançadas da brincadeira simbólica. Encorajar a brincadeira de faz de conta pode ser uma das atividades mais importantes na educação da primeira infância, especialmente para as crianças cujas habilidades de faz de conta estão apenas emergindo (BONDIOLI, 2017, p. 57).

O ato de brincar além de direito fundamental garantido em lei, deve ser efetivado com ações que se materialize no dia a dia, na rotina diária das crianças. Nesse sentido “[...] a importância de compreender o brincar das crianças surge no momento em que a infância vem sofrendo grandes transformações, com a precocidade de sua duração” (ALMEIDA, 2017, p.39). Essa situação é uma realidade existente para muitas crianças em situação de pobreza e vítimas do trabalho infantil.

O atual cenário brasileiro se constitui em ambiente de destituição de direitos. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE de 2016 mostram que o Brasil tem 2,4 milhões de crianças em situação de trabalho infantil (EBC BRASIL, 2019). Essas transformações impactam a vida das crianças construindo um cenário de desconstrução do próprio conceito de infância.

O novo modelo econômico do mundo globalizado, a perda dos recursos financeiros e o empobrecimento das famílias levaram cada vez mais as crianças ao mundo laboral precoce, mudando seus jogos e brinquedos por elementos de trabalho ou assumindo responsabilidades próprias do adulto. Assim vai sendo diluindo em um país, em uma cidade, em um lar e em uma sociedade o mundo infantil dentro do mundo adulto, especialmente vai sendo perdido o brincar espontâneo e livre (ALMEIDA, 2017, p. 53).

Predomina no contexto atual uma visão adultizada da infância, ou seja, não raro observa-se que as crianças vêm sendo exposta ao mesmo tratamento dispensado a qualquer adulto. Evidências disso é a responsabilização de tarefas lhes atribuídas, exposição às mídias eletrônicas, trabalho precoce, vestimenta nos padrões adultos. Outra sinalização dessa visão é a intolerância com as crianças no sentido de proibi-las de se movimentarem livremente. Muitos pais ou cuidadores, para manter as crianças sob controle, desde muito cedo as ensinam manusear um celular, assistir um vídeo, assistir televisão por horas e horas. A brincadeira espontânea está sendo podada. Frente a tal situação essa cultura adultocêntrica,

[...] leva-nos a uma espécie de esquecimento do tempo de infância. Esquecemos gradativamente como, enquanto crianças, construímos um sistema de comunicação com o meio social que, necessariamente, integra o movimento como expressão. Com este esquecimento, passamos, então, a

cobrar das crianças uma postura de seriedade, imobilidade e linearidade, matando pouco a pouco aquilo que elas possuem de mais autêntico – sua espontaneidade, criatividade, ousadia, sensibilidade e capacidade de multiplicar linguagens que são expressas em seus gestos e movimentos. Os adultos tendem a exercer uma espécie de dominação constante sobre as crianças, desconhecendo-as como sujeito de direitos, até mesmo não reconhecendo o direito de movimentarem-se (SAYÃO, 2002, p. 57,58).

Diante da realidade apresentada a família como o primeiro núcleo de socialização da infância, sofre com as constantes interferências do mundo globalizado. Essas mudanças incidem na forma de tratamento a infância, pois as mais simples formas de brincadeiras são frequentemente substituídas por jogos eletrônicos que em muitos casos não são compatíveis com a faixa etária. É notável que atualmente cada vez mais cedo, a criança tem acesso a um celular ou tablet e de posse desses instrumentos ela dificilmente será estimulada a se relacionar com o outro. O excesso dos jogos eletrônicos acarreta o isolamento social, o sedentarismo e outras formas prejudiciais à criança.

[...] o jogo eletrônico é composto por circuitos computadorizados, que não mentem nem brincam, mas reproduzem a realidade unívoca de um programa e ocupam o lugar de sujeito da brincadeira atividade. Dessa forma, a criança passa a ser objeto passivo e estático, solicitado sempre a repetir um mesmo movimento, na ilusão de variedade produzida pela imagem. Esta imagem captura a criança em uma posição fixa e passiva, onde o movimento, sempre solicitado no mesmo agir, torna a criança um reflexo do brinquedo e não o contrário. Assim, o jogo eletrônico não convoca o impulso da imaginação infantil (PAIM; KRUEL, 2009, p. 113).

Diante desse cenário o assistente social surge como um profissional qualificado para atender à complexidade de tais demandas e buscar respostas que modifiquem a realidade dessas famílias. Nesse sentido concretizou-se a atividade trazendo uma reflexão sobre a necessidade de cada cuidadora reservar um momento durante o dia para brincar com as crianças, orientou-as sobre como direcionar a brincadeira com uma comunicação que demonstre amor e afeto, foram informadas ainda a respeito da necessidade de controlar o tempo das crianças diante dos jogos digitais, bem como a fazer o filtro estabelecendo quais jogos devem e não devem ser acessados.

Dando seguimento nas intervenções na atividade do “Túnel” foram utilizadas três caixas grandes de papelão que foram abertas nos dois lados e anexadas com fita adesiva. A passagem pelo túnel consistia num desafio proposto a cuidadora e a criança. Elas deveriam colocar a criança na entrada no túnel e esperá-la na saída, sempre a incentivando com gestos de amor e carinho. A criança deveria atravessar engatinhando enquanto a cuidadora estaria no fim do túnel agachada incentivando e

pronta para recebê-la. O incentivo deveria ser de forma calma e tranquila, demonstrando cuidado e proteção como expressão de apoio para superar o desafio.

É importante orientar sobre as diferentes formas de vencer os desafios propostos pela vida, em especial na primeira infância, ressaltando a importância de demonstrar cuidado neste processo. [...] a capacidade de reconhecer o outro e valorizá-lo tem um papel importante na formação da identidade. Enfrentar desafios e ter o apoio do adulto de referência, com vínculos de confiança, promove o desenvolvimento da criança e a sua capacidade de enfrentar desafios e não desistir. A atitude a partir de acertos e erros faz parte do processo de aprendizagem (BRASIL, s/d, p. 67).

O objetivo da atividade foi mostrar a responsabilidade da família quanto o cumprimento do seu papel na proteção da criança e no processo do desenvolvimento infantil na promoção do cuidado, zelo e educação sempre demonstrando ações de afetividade. “O cuidado inicial [...] é decisivo e tem impacto duradouro sobre o desenvolvimento e a capacidade de aprender e de lidar com as emoções. Isso se dá porque a forma como a criança é cuidada interfere na formação e manutenção de suas ligações neurais” (CHIESA, 2016, p. 378). Portanto, no âmbito familiar deve ser reafirmada a condição de guardiã dos direitos da criança, à família cabe a tarefa de incentivar a criança na superação dos desafios, sempre deixando claro os cuidados específicos e a proteção necessária para o seu crescimento social, emocional e cognitivo.

Figura 5 – Construindo o túnel.



Fonte: Santos, 2019.

Figura 6 – Crianças passando pelo túnel.



Fonte: Santos, 2019.

A Constituição Federal de 1988 deixa claro que a proteção da criança em todos os aspectos é responsabilidade primeiramente da família em conjunto com a sociedade e o Estado. Há uma hierarquia no sentido dessa responsabilidade, sendo que a família está na linha de frente devendo assegurar “o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo

de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (BRASIL, 1988).

O ECA ratifica essa responsabilidade atribuída à família bem como normatiza a convivência no âmbito familiar como um direito fundamental expresso no décimo nono artigo da seguinte forma “É direito da criança [...] ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral” (BRASIL, 1990). Todavia, nessa importante missão de promover condições garantidoras dos direitos da criança,

[...] afirmamos que cabe às famílias a responsabilidade primeira pelo atendimento das necessidades da criança, provendo-lhe oportunidades de desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo e buscando ajuda quando necessário, está claro que é de fundamental importância a existência de redes sociais que possam orientá-las e apoiá-las nessas funções (CHIESA, 2016, p.378).

A questão que se coloca para a família é sobre quais as condições materiais que ela dispõe no cumprimento das competências familiares que lhe são atribuídas quais sejam, “os conhecimentos, saberes e habilidades somados à afetividade, atitudes e práticas das famílias que promovem a sobrevivência, o desenvolvimento, a proteção e a participação das crianças” (HORTA et al., 2005, p. 11). Na dinâmica da sociedade capitalista a realidade em tela é de muitas famílias que não dispõe de meios necessário para garantir um ambiente que seja propício ao pleno desenvolvimento da criança. São realidades permeadas por violações de direitos, de famílias que vivem abaixo da linha da pobreza, sofrem os impactos do desemprego, analfabetismo, fome, violência, etc. Vivendo nessas condições, como esperar que tais famílias exerçam com êxito o seu papel na proteção e desenvolvimento da criança?

Nesse cenário surge a figura do assistente social para atuar na viabilização dos direitos sociais, com vistas à emancipação dos sujeitos. Perante tal situação o profissional ao identificar as necessidades da família, independente de qual área for seja a saúde, assistência social ou educação deverá fazer a articulação com as diferentes redes de serviços que contemplem as diferentes necessidades da família. Nesse sentido a articulação enquanto formas de efetivação dos direitos se materializa através da formação de redes constituídas de “[...] malhas, muito ou pouco densas, compostas de pontos que se cruzam e promovem ‘trocas sinérgicas’. Elas são permeadas por conflitos, alianças, polarizações e tensões” (SANICOLA, 2008, p. 13).

Os conflitos e tensões que se entremeiam na constituição dessa rede se justificam pelos embates que são travados dado o caráter contraditório das relações sociais na sociedade do capital. Assim, quando se trata de efetivar direitos os esforços empregados são contrapostos aos interesses do sistema capitalista pois visam entrelaçar as diferentes políticas públicas em busca de atender a integralidade do sujeito.

[...] compreendemos que somos sujeitos multideterminados e que a realidade é multifacetada. Por essa razão, não podemos pensar o sujeito de forma isolada e fragmentada. Contudo, não podemos esquecer que estamos inseridos numa sociedade de economia capitalista em que a fragmentação ganha destaque em oposição a uma compreensão que prime pelo conhecimento do real (PRADA, 2015, p. 150).

O objetivo na articulação dessa rede é o fortalecimento do sistema de garantia dos direitos sociais, assim ao realizar essa conexão entre as políticas públicas o assistente social atua como mediador na relação entre usuário e instituição através de encaminhamentos e acompanhamentos. No sentido de subsidiar as famílias quanto ao cumprimento de seu dever nos cuidados essenciais na primeira infância o profissional intervém na realidade alicerçada cuja finalidade se assenta no atendimento as famílias para “[...] compreender o processo e as necessidades de desenvolvimento infantil, pensar alternativas para o atendimento da criança, além de realizar o acompanhamento do desenvolvimento infantil e encaminhar crianças com problemas para a atenção apropriada (CHIESA, 2016, p. 378). Dentro dessa rede a atuação do assistente social junto às famílias não é esporádica e nem casual, exige um planejamento contínuo das intervenções que serão realizadas em conjunto com as demais instituições que a integram.

No fechamento da atividade destacou-se também a importância de ensinar as crianças através do exemplo e da motivação. A criança procura sempre imitar o comportamento dos seus responsáveis, por isso deve se ter o cuidado para ensiná-la nos princípios e valores culturais da família construindo uma relação de confiança e a consolidação de vínculos fortes e saudáveis.

A última intervenção realizada foi a atividade “Anel de vento” e para esta atividade foram utilizadas argolas de plásticos e fitas de cetim de cores variadas. Antes de entregar os materiais foram dadas as orientações em relação ao objetivo da atividade. Foi dito às cuidadoras para auxiliarem a criança respeitando o seu ritmo.

Assim cada criança recebeu uma argola com diversos pedaços de fitas e junto com as cuidadoras deveria ser construído o anel de vento.

Figura 7 – Atividade anel de vento.



Fonte: Santos, 2019.

Figura 8 – criança exibindo o anel de vento.



Fonte: Santos, 2019.

O direito à infância está estabelecido na Constituição Federal de 1988, em seu capítulo II, dos direitos sociais preconizando a sua proteção. A lei nº 13.257 de 2016 que dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância, estabelece que as políticas desenvolvidas para essa faixa etária devem “respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais” (BRASIL, 2016, art. 4º, inciso III). No entanto o cenário em tela mostra-nos uma realidade adversa em que,

[...] todas as crianças estão hoje expostas à mídia, ao mercado e às redes sociais, desde poucos meses de idade. Elas têm vivido um bombardeio de informações e de pressões que não obedecem aos ritmos naturais do seu desenvolvimento. E inúmeros excessos estão ocorrendo: de estímulos antes do tempo, de brinquedos e de incentivo ao consumo, de atividades, de cuidados, de alimentos etc. (FRIEDMANN et. al., s/d, p. 46).

Foi dialogado com as cuidadoras em relação à necessidade de proteger as crianças do excesso de conteúdo midiático, conversou-se também sobre o estabelecimento de horários e períodos de atividades com as crianças e que seja sempre com acompanhamento e supervisão em relação ao que é acessado na internet pela criança. Trazer essas orientações no contexto da família é importante porque raramente tem-se que a criança deve ser respeitada em sua forma de ser, e de se desenvolver, assim a conscientização dos responsáveis é com objetivo de que eles compreendam que cada criança,

[...] descobre o mundo em seu ritmo e tem sua maneira particular de juntar suas experiências mentais, de se tornar integrado e de aprender ou de

recusar-se a aprender, às vezes. Possui sua maneira de ser, que é diferente da do pai, da mãe e dos irmãos ou de outras crianças. Não há vantagens especiais em querer que ele seja precoce ou adote outras características que não as que lhes são as mais verdadeiras. (FRIEDMANN et. al., s/d, p. 81).

Diante das transformações ocorridas na sociedade as relações sociais foram fragilizadas, os impactos nos relacionamentos familiares se expressam na ausência dos pais no cotidiano da criança, uma vez que tanto o pai quanto a mãe desenvolvem múltiplas tarefas, o escasso tempo que tem para ficar junto com a família é gasto com o uso das redes sociais e nesse caso a importância do desenvolvimento infantil fica em segundo plano. Torna-se necessário mobilizar a família, bem como conscientizá-la para a prioridade no cuidado com a criança.

Diante dessa realidade a criança se desenvolve tendo os cuidados negligenciados. O pai e a mãe muitas vezes não conhecem o ritmo de desenvolvimento da criança e essa ausência contribui para que a criança cresça com seus estímulos e ritmos desordenados, pois não há responsabilidade dos pais no processo de educação. Nesse sentido a maneira como os responsáveis intervêm determinando:

[...] horário dos jogos, de sono tem influência nos ritmos espontâneos e no tempo da criança. Se a mãe é muito rígida e não tem conta os próprios ritmos da criança, pode acarretar uma desorganização que repercutir no equilíbrio tônico-emocional da criança. Ao contrário, a mãe deixa a criança liberada a seus próprios ritmos, sem permitir uma certa modulação e uma certo controle, a criança terá muitas dificuldades de obedecer às exigências do ambiente. Esta desadaptação poderá ser também fonte de perturbação que transformará seus próprios ritmos (TEIXEIRA, 2011, p. 5).

A criança que vive em um ambiente familiar nessas condições está submetida aos riscos de um desenvolvimento infantil defasado e sem uma base sólida ancorada pelo apoio dos pais, da sociedade e do próprio Estado. Por isso a presença do assistente social no contexto do SCFV na primeira infância no CRAS Roda Moinho tem como objetivo desenvolver ações em conjunto com a equipe técnica (pedagoga e psicólogo), para intervir nessa realidade.

O Serviço Social atua na área da infância constituindo-se “[...] como uma das profissões de referência nesse setor e legitima-se historicamente para desenvolver suas atividades nessa temática na luta pela garantia de direitos” (BERBERIAN, 2015, p. 49). Portanto, o assistente social deve assumir o compromisso com a defesa e garantia dos direitos previsto na CF de 88 e no ECA, atuando na mediação e articulação entre família, sociedade e Poder Público garantindo que as responsabilidades atribuídas a cada um desses entes sejam cumpridas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das abordagens realizadas neste trabalho sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos na primeira infância, considera-se imprescindível elencar os resultados alcançados, haja vista que pode contribuir para o desenvolvimento de ações que proporcionam a efetiva garantia dos direitos previstos em lei, na promoção de uma infância protegida e saudável. Durante a pesquisa o objeto de estudo investigado consistiu em analisar o processo de implantação do SCFV na primeira infância pela SEMAS no município de Ji-Paraná/RO.

A relevância em tratar da primeira infância consistiu no fato de que é nosso dever enquanto acadêmicos do curso de Serviço Social lutar em defesa dos direitos da criança, sendo assim é preciso dar visibilidade a essa temática repleta de questões que envolvem e ameaçam a sua existência, pois diante das macrodecisões no contexto político e social tende a ficar esquecida sendo relegada para as margens dessas decisões.

As ponderações aqui realizadas, colocam em evidência a importância da elaboração e implementação de políticas públicas que contemplam a formação e capacitação de profissionais, a construção de infraestrutura, espaços de lazer, assistência à saúde e educação, e a destinação de recursos para dar suporte às famílias no cumprimento das suas responsabilidades com o desenvolvimento infantil da criança.

A importância dessa pesquisa teve a intensão de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em curto prazo objetivou conscientizar a população sobre a necessidade de proteger e cuidar das nossas crianças, bem como de mobilizá-la para reivindicar junto ao poder público a efetivação dos direitos previsto em lei, contribuindo para a construção de uma infância feliz, longe de maus tratos e violência.

A longo prazo considera-se que teremos uma sociedade com menos pobreza, violência, trabalho infantil, suicídio, ou seja, os investimentos realizados na primeira infância produzirão famílias com vínculos fortes, pessoas mais humanizadas, uma sociedade com capital humano incrivelmente consolidado, contribuindo também com a redução de pessoas no sistema carcerário brasileiro.

A continuidade da oferta do SFCV na primeira infância pela SEMAS através dos CRAS é uma necessidade tendo em vista os seus impactos no contexto das famílias assistidas, não obstante os inúmeros desafios que diariamente precisam ser superados como a falta de infraestrutura do CRAS demonstrada pela ausência de um amplo espaço de lazer equipado com diversos brinquedos, quadro ineficiente de funcionários e recursos escassos para a compra de materiais, bem como a urgente necessidade de lançar estratégias de mobilização e conscientização das famílias quanto a importância de sua participação e acompanhamento junto a criança nas atividades do SCFV . No CRAS Roda Moinho as atividades do SCFV eram realizadas por quatro colaboradores constituindo-se de dois estagiários (as) do Serviço Social, uma estagiária de Psicologia e a Pedagoga, evidenciando a deficiência existente no quadro de funcionários efetivos do CRAS.

As ações interventivas executadas no âmbito do SFCV possibilitaram o desenvolvimento de potencialidades das crianças, incentivou a interação entre cuidadoras e crianças, promoveu o fortalecimento de vínculos e trouxe para as cuidadoras a compreensão do contexto da infância. Apresentou ainda o debate da responsabilidade da família no desenvolvimento infantil. Quanto ao brincar ficou esclarecido que esse é um direito da criança e que a família deve proporcionar momentos lúdicos à criança, bem como participar ativamente desse processo.

Ficou evidente a função socioeducativa exercida pelo Serviço Social no âmbito do SFCV na primeira infância por meio de ações de informações, orientações, acolhimento, encaminhamentos e acompanhamentos às famílias. Entretanto a prática profissional do assistente social, não se restringe somente a ações executoras, envolve planejamento, investigação da realidade das famílias, análise profunda dos determinantes sociais que permeiam as relações familiares e a construção de conhecimentos da realidade apreendida que possibilita a elaboração de estratégias e táticas para uma ação transformadora do tecido social.

Nesse interim o Serviço Social atua na efetivação dos direitos da criança consagrados na Constituição Federal de 1988 e no ECA (1990) assegurando-a um ambiente familiar propício a sua formação, bem como proporcionando-lhe condições garantidoras para o seu pleno desenvolvimento infantil.

Dessa forma, podemos afirmar que a implantação do SCFV na primeira infância no CRAS Roda Moinho foi um processo permeado de tensões e desafios, que nos instigou a pensar e repensar formas para superar os impasses e responder às

demandas existentes. As ações desenvolvidas produziram impactos positivos à medida que avançamos contra os impasses que surgiam, para isso foi imprescindível nos respaldar no aporte técnico-operativo, teórico-metodológico e ético-político da profissão para a concretização das ações e para lançar o desafio a outros estagiários em irem além nesse trabalho visando a sua continuidade.

Enquanto estagiários as experiências adquiridas contribuíram para um aprendizado imensurável com a certeza de que o estágio foi um espaço de desenvolvimento de habilidades, de competências e de construção da identidade profissional. Sendo assim, pode-se afirmar que as experiências vivenciadas no processo de estágio contribuíram com o aprimoramento e capacitação para o exercício da profissão.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. M.; CARDOSO, F. G. **Mobilização social e práticas educativas**. In: ABEPSS; CFESS (Org.). Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, UnB, 2009, p. 1-17.

ALMEIDA, M. T. P. **O brincar, a criança e o espaço escolar**. SCHLINDWEIN, L. M.; LATERMAN, L.; PETERS, L. (Orgs.). A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola. Florianópolis: NUP, 2017, p. 39-56.

ALVES, F. L. Participação e Gestão Democrática das Políticas Públicas: a inserção e os desafios do trabalho de Assistente Social nos Conselhos de Saúde. 2004. 133 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/118248>> Acesso 24 abr. 2020.

ANDRADE, R. F. C. et. al. Rede socioassistencial e viabilização de direitos: desafios ao Serviço Social. VII JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais**. UFMA, São Luís, MA, 2015, p. 1-10. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo3/rede-socioassistencial-e-viabilizacao-de-direitos-desafios-ao-servico-social.pdf>> Acesso 20 abr. 2020.

ARAGÃO, M. R. S.; HORA, M. M. C. C. O desmonte do “SUAS” e os seus impactos na execução da política de assistência social no Brasil. **Ideias & Inovação**. Aracaju, v. 5, n. 2, p. 123-132, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/ideiaseinovacao/article/view/7917>> Acesso 18 abr. 2020.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. FLAKSMAN, D. (Trad.). 2.ed., Rio de Janeiro: LTC Editora, 2011.

_____. **História social da criança e da família**. FLAKSMAN, D. (Trad.). 2.ed., Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

AZEVEDO, G.; SARAT, M. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v.5, n.13 p.19-33, 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/5176/2739> > Acesso 01 abr. 2020.

BERBERIAN, T. P. Serviço Social e avaliações de negligência: debates no campo da ética profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 121, p. 48-65, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n121/0101-6628-sssoc-n121-0048.pdf>> Acesso 13 mai. 2020.

BERTOLLO, K. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 31, p. 333-356, 2016. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/?journal=temporalis&page=issue&op=view&path%5B%5D=700>> Acesso 10 mai. 2020.

BONDIOLI, A. **O adulto como tutor na promoção do jogo simbólico das crianças**. SCHLINDWEIN, L. M.; LATERMAN, L.; PETERS, L. (Orgs.). A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola. Florianópolis: NUP, 2017, p. 57-92.

BONIN, S. KRÜGER, T. R. Planejamento e Serviço Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 21, n. 2, p. 63-83. 2015. Disponível em: <http://revistas.ucpel.edu.br/index.php/rsd/issue/view/103/showToc>> Acesso 18 abr. 2020.

BONIN, S. Planejamento e serviço social. 2014. 65 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social-Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/125116>> Acesso 15 abr. 2020.

BOROWSKI, S. M. Infância negada. **Revista Brasileira de Psicoterapia**. Porto Alegre. v. 17, n. 2, p. 69-76. 2015. Disponível em: http://rbp.celq.org.br/detalhe_artigo.asp?id=179> Acesso 17 mar. 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

____ **Conselho Nacional de Assistência Social**. Resolução nº 109, de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 de nov. 2009. 47p. Disponível em: www.mds.gov.br > Acesso 05 abr. 2020.

____ **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. 17 ed., Brasília: Câmara dos deputados, Edições Câmara, 2019.

BRASIL. **Lei nº 13257, de 8 de março de 2016**. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei no 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a Lei no 12.662, de 5 de junho de 2012. Legislação, Brasília- DF: Diário Oficial da União, ano CLIII, n. 46, p. 1-4, 2016. Disponível em: <http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&data=09/03/2016&pagina=1>> Acesso 5 jun. 2020.

____ **Lei 4.242 de 6 de janeiro de 1921**: fixa a despesa geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/media/Base%20Legis/LEI%204242_06_JAN_1921.pdf> Acesso 03 abr. 2020.

____ **Lei orgânica da assistência social**, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

____ Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Boletim epidemiológico**, Brasília, v. 49, nº 27, jun. 2018. Disponível em:

<http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>> Acesso 15 abr. 2020.

_____**Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.** CNAS. Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília/DF, 2005.

_____**Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de atividades do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de 0 a 6 anos.** Brasília, DF, p. 1-166, 2018. Disponível em: <http://blog.mds.gov.br/redesuas/wp-content/uploads/2019/06/Caderno-de-atividades-do-SCFV-para-a-CIT-Dezembro-de-2018.pdf>> Acesso 13 abr. 2020.

_____**Ministério do Desenvolvimento Social. Caderno de Orientações Técnicas do Serviço de Convivência para Crianças de 0 a 6 anos.** Brasília, DF, p. 1-95, s/d. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/2019/Caderno%20SCFV%200%20a%206%20anos.pdf >Acesso 12 abr. 2020.

_____**Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília- DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://auriflama.sp.gov.br/files/decreto_7724_16.pdf> Acesso 21 abr. 2020.

BRITO, A. E. C.; SILVA, K. K. A trajetória das protoformas brasileiras de atendimento à infância e adolescência: do Código de Menores ao Estatuto da Criança e do Adolescente. *In*: 4º SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS. **Anais**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/3f/3facec44-a9b1-481f-b1bc-e87428de06fa.pdf>> Acesso 04 abr. 2020.

CAMBI, F. **História da Pedagogia.** LORENCINI, Álvaro (Trad.). São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CARMO, M. E.; GUIZARDI, F. L. Desafios da intersectorialidade nas políticas públicas de saúde e assistência social: uma revisão do estado da arte. **Physis Revista de Saúde Coletiva.** Rio de Janeiro, v. 27, n. 4, p. 1265-1286, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v27n4/0103-7331-physis-27-04-01265.pdf>> Acesso 19 abr. 2020.

CASSIMIRO, H. M. Instrumentalidade e Serviço Social: o estudo social como um viabilizador de acesso a direitos para crianças e adolescentes institucionalizados? 2011. 135 f. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Bacharel em Serviço Social) - Instituto de Ciências Humanas-Universidade de Brasília, Brasília- DF, 2011. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2849/2/2011_HiuryMilhomemCassimiro.pdf.> Acesso 14 abr. 2020.

CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S.; GOMES, V. L. B. Crise do capital e desmonte da Seguridade Social: desafios (im) postos ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, p. 447-466. 2017. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282017000300447&lng=pt&tlng=pt> Acesso 18 abr. 2020.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**. São Paulo: Graw-Hill do Brasil, 1996.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. 10^a ed. Brasília, 2012.

CFESS. O que é preconceito? **Caderno 1**, série assistente social no combate ao preconceito. Brasília, DF: Ed. Serra Dourada, 2016, p. 1-24. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno01-OqueEPreconceito-Site.pdf>> Acesso 23 abr. 2020.

CHIESA, A. M. Fortalecendo competências familiares para o cuidado na primeira infância: projeto nossas crianças– janelas de oportunidades. *In*: Câmara dos deputados (Orgs.). **Avanços do marco legal da primeira infância**. Serie Cadernos de trabalhos e debates, n 1, Brasília, 2016. p. 82-85. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia> > Acesso 05 abr. 2020.

COLIN, A.S. A. Percepções da infância na contemporaneidade: a escuta de educadores formadores de uma rede municipal de ensino. 144 f. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Educação Sexual) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/191572>> Acesso 30 mar. 2020.

CONCEIÇÃO, S. C. Da revolução industrial à revolução da informação: uma análise evolucionária da industrialização na América Latina. 209 f. **Tese** (Doutorado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia. Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/70004/000874620.pdf?sequence=1> > Acesso 28 mar. 2020.

CORSINO, P. Educação Infantil: a necessária institucionalização da infância. *In*: KRAMER, S. (Org.). **Profissionais de educação infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005, p. 205-221.

CUNHA, M. C. Imagens de índios do Brasil: o século XVI. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 91-110, 1990. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v4n10/v4n10a05.pdf>> Acesso 01 abr. 2020.

DEL PRIORE, M. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. A criança negra no Brasil. *In*: JACÓ-VILELA, A. M., SATO, L., (Orgs.). **Diálogos em psicologia social**, Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2012. p. 232- 253. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vfgfh/pdf/jaco-9788579820601-16.pdf> > Acesso 06 abr. 2020.

DEMO, P. **Introdução ao ensino da metodologia da ciência**. *In*: Introdução à metodologia da ciência. 2. ed., São Paulo: Atlas, 1985. Cap. 1, p. 13-28.

EBC BRASIL, **Trabalho infantil ainda é preocupante no Brasil, diz fórum**. 2019. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/trabalho-infantil-ainda-e-preocupante-no-brasil-diz-secretaria>> Acesso 01 mai. 2020.

EGAS, H. O Marco Legal da Primeira Infância na perspectiva dos Direitos Humanos *In*: Câmara dos deputados (Orgs.). **Avanços do marco legal da primeira infância**. Serie Cadernos de trabalhos e debates, n 1, Brasília, 2016. p. 257-262. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia> > Acesso 05 abr. 2020.

FAERMANN, L. A.; MELO, C. C. V. As condições de trabalho dos assistentes sociais e suas implicações no processo de adoecimento dos profissionais. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, RS, v. 15, n. 1, p. 96 - 113. 2016. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/23035/14632;Bairar>> Acesso 05 mai. 2020.

FALEIROS, V. P. **Infância e Processo Político no Brasil**. *In*: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Orgs.). A arte de governar crianças. A História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. 3º ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, I. A dialética das possibilidades: a face interventiva do Serviço Social. **Revista virtual textos e contextos**. Porto Alegre, RS, p. 1-21, 2005. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/1009>> Acesso 15 fev. 2020.

FERREIRA, E. M.; SARAT, M. “Criança (s) e infância (s)”: perspectiva da história da educação. *Revista Linhas*, Florianópolis, v. 14, n. 27. p. 234 - 252. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/1984723814272013234/2817>> Acesso 11 mar. 2020.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, DF, n. 2, v. 26, p. 227-234, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2.pdf>> Acesso 05 mai. 2020.

FIGUEIRAS S, J. M. Desenvolvimento infantil: análise de conceito e revisão dos diagnósticos da NANDA-I. 204 f. **Tese** (Doutorado em Cuidado em Saúde) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7141/tde-05112014-115040/pt-br.php>> Acesso 08 mai. 2020.

FIGUEIRAS, A. C.; SOUZA, I. C. N.; RIOS, V. G.; BENGUIGUI, B. **Manual para vigilância do desenvolvimento infantil no contexto da AIDPI**. Washington: OPAS, 2005. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1711.pdf>> Acesso 08 mai. 2020.

FILHO, A. J. M. Olhares investigativos sobre as crianças: o brincar e a produção das culturas infantis. **Momento**, Rio Grande, n.19, v.1, p. 89-104, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/download/1463/804>> Acesso 23 abr. 2020.

FORMIGONI, B. M. S. Da Idade Média a Idade Moderna: um panorama geral da história social e da educação da criança. **Temas em Educação e Saúde**. Araraquara, SP, p. 137-150, 2010. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/tes/issue/view/602>> Acesso 19 mar. 2020.

FREITAS, A. P. M; BATISTA, C. V. M. A importância do brincar como uma proposta didática pedagógica na educação infantil. V JORNADA DE DIDÁTICA. **Anais**. UEL, Londrina, PR, 2018, p. 25-30. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/jornadadidatica/pages/arquivos/V%20Jornada%20de%20Didatica%20e%20IV%20Seminario%20de%20Pesquisa%20do%20CEMAD%20Saber%20e%20praticas%20da%20docencia/A%20IMPORTANCIA%20DO%20BRINCAR%20COMO%20UMA%20PROPOSTA%20DIDATICA%20PEDAGOGICA%20NA%20EDUCACAO%20INFANTIL.pdf>> Acesso 26 abr. 2020.

FRIEDMANN, A.; CYPEL, L.; RAHMI, R. M.; CYPEL, R.; MUSZKAT, S. **Nota 10 primeira infância**. FMCSV, s/d. p. 1-142. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/fmcsv/programa_nota10_primeira_infancia_0_a_3_anos.pdf> Acesso 25 abr. 2020.

GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação: Um estudo Introdutório**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: **como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2002. Cap. 4, p. 41-58.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 2008.

GOODE, W. J.; HATT, P. K. **Métodos em pesquisa social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1969.

GUERRA, Y. BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: **_CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília-DF, 2009. Disponível em: <http://cressrn.org.br/files/arquivos/46m757L928C08m9UzW7b.pdf>> Acesso 27 fev. 2020.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/206296095/A-Instrumentalidade-do-Servico-Social-Yolanda-Guerra-2%C2%AA-Edicao>> Acesso 16 abr. 2020.

HENICK, A. C.; FARIA, P. M. F. História da infância no Brasil. In: EDUCERE: XVII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. 2015, Curitiba. **Anais**. Curitiba, 2015. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19131_8679.pdf> Acesso 2 abr. 2020.

HORTA, B. L. et al. **Competências familiares na atenção às crianças de até 6 anos**: avaliação em oito comunidades brasileiras. Brasília, DF: UNICEF, 2005. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/unicef_kit_familia/kit_fbf_avalia_co_mpet.pdf> Acesso 27 abr. 2020.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 12. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1998.

IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n120/02.pdf>> Acesso 08 mai. 2020.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 6 ed., São Paulo: Cortez, 2003.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98887.pdf>> Acesso 15 abr. 2020.

JESUS, C. S. O serviço social e as ações socioeducativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais. 164 f. **Dissertação** (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina-Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Florianópolis, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/103099/222462.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso 21 abr. 2020.

JUNIOR, V. S. A.; VASCONCELLOS, L. C. F. A importância histórica e social da infância para a construção do direito a saúde no trabalho. **Saúde Soc.** São Paulo, v.26, n.1, p.271-285, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v26n1/1984-0470-sausoc-26-01-00271.pdf> > Acesso 02 abr. 2020.

JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

KONDER, L. **O que é dialética**. 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**, 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

KOSLOWSKI, S. R. Muito além do jardim da infância, mídia e consumo. 121 f. **Dissertação** (Mestrado em Educação nas Ciências) Programa de Pós-Graduação Strictu sensu, Departamento de Pedagogia - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em: <https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/bitstream/handle/123456789/394/Sirlei%20Rigodanzo%20Kosowski.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso 09 mai. 2020.

LAJOLO, M. “Infância de papel e trinta”. In_ **História social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

____ Técnicas de pesquisa. In_ **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 3. ed. São Paulo: Ed. Atlas, 1996. Cap. 3, p. 57-123.

LANDES, D. S. **Prometeu desacorrentado: transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa ocidental, desde 1750 até os dias de hoje**. MOTTA, M. (Trad.). 2 ed., Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LESSA, S. **Capital e estado de bem-estar: o caráter de classe das políticas públicas**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LEWGOY, A. M. B.; SCAVONI, M. L. A. Supervisão em serviço social: a formação do olhar ampliado. **Revista Virtual Textos & Contextos**. n 1, ano I, nov. 2002. Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/scientiamedica/ojs/index.php/fass/article/view/925/Q> > Acesso 17 abr. 2020.

LORENZI, G. W. **Uma breve História dos Direitos da criança e do adolescente no Brasil**. FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO, 2016. Disponível em: <http://fundacaotelefonica.org.br/promenino/trabalho infantil/noticia/uma-breve-historia-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente-no-brasil/#comment-2433>> Acesso 03 abr. 2020.

MAGALHÃES, S.M. O uso do instrumental técnico no processo avaliativo. In: **Avaliação e linguagem: relatórios, laudos e pareceres**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora, 2006. Cap. 4, p. 47-58.

MARTINS, V.; ZAIDAN, L. S. G. O trabalho do assistente social frente as demandas intersetoriais. VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS. **Anais**. UFMA, São Luís, MA, 08, 2017, p. 1-12. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo2/otrabalhodoassistentesocialfrenteasdemandasintersetoriais.pdf>> Acesso 19 abr. 2020.

MARX, K. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. ENDERLE, R. (Trad.). São Paulo: Boitempo, 2013.

MEZAN, R. **Tempo de muda**: ensaios de psicanálise. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social – Teoria, Método e Criatividade**. 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MIOTO, R. C. T.; SCHÜTZ, F. Intersetorialidade na política social: reflexões a partir do exercício profissional dos assistentes sociais. DIPROSUL. **Anais**. Pelotas, RS, 2011, p. 1-27. Disponível em: <https://www.ucpel.tche.br/mps/diprosul/docs/trabalhos/28.pdf>> Acesso 19 abr. 2020.

MPT. **Ministério Público do Trabalho**. MPT na Escola - Capacitação para o enfrentamento ao trabalho infantil pelas redes pública e privada de ensino. 2020.

NASCIMENTO, M. E. P. Do adulto em miniatura a criança como sujeito de direitos: a construção das políticas de educação para a criança de tenra idade na França. 2001. 446 f. **Tese** (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/253546>>. Acesso 20 mar. 2020.

NETO, J. C. S. História da Criança e do Adolescente no Brasil. **Revista Unifeo**, revista semestral do Centro Universitário FIEO, ano 2, nº 3, 2000.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PAIM, F. F.; KRUEL, C. S. Jogos eletrônicos na infância: a imagem à revelia do corpo. **Disc. Scientia**. Série: Ciências Humanas, S. Maria, v. 10, n. 1, p. 105-119, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Administrador/Downloads/1696-4745-1-SM.pdf>> Acesso 25 abr. 2020.

PANCINO, C. SILVERIA, L. “Pequeno demais, pouco demais”. A criança e a morte na idade moderna. **Cadernos de História da Ciência**. Instituto Butantan. vol. 1, 2010, p. 179-212. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-76342010000100010&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso 14 mar. 2020.

POLETTO, L. B. A (des) qualificação da infância: a história do Brasil na assistência dos jovens. In: IX ANPEDSUL SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL. **Anais**. Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/1953/329>> Acesso 03 abr. 2020.

PONTES, A. N. A educação das infâncias na sociedade midiática: desafios para a prática docente. 262 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Educação. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-24022012-154045/publico/aldopontes1.pdf>> Acesso 28 mar. 2020.

POSTMAN, N. **O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro.** CARVALHO, S. M. A.; MELO, J. L. (Trad.). Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PRADA, T. O Trabalho em Rede na Intervenção das Assistentes Sociais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. 2015. 210 f. **Dissertação** (Mestrado em Política Social) Programa de Pós-Graduação em Política Social – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_9041_Talita%20Prada.pdf> Acesso 27 abr. 2020.

PRODANOV, C. C. FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico.** 2º ed., Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUEIROZ, D. T. VALL J. SOUZA, A. M. A. VIEIRA N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ.** Rio de Janeiro, p. 276-283, 2007. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2020779/mod_resource/content/1/Observa%C3%A7%C3%A3o%20Participante.pdf> Acesso 05 jan. 2020.

QUEIROZ, E. C. Marco legal pela primeira infância: uma grande oportunidade. *In:* Câmara dos deputados (Orgs.). **Avanços do marco legal da primeira infância.** Serie Cadernos de trabalhos e debates, n 1, Brasília, 2016. p. 82-85. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudios/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia> > Acesso 05 abr. 2020.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serv. Soc. Soc.,** São Paulo, n. 107, p. 420-437, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300003&lng=pt&tlng=pt> Acesso 21 abr. 2020.

RIZZINI, I.; PILOTTI, F. **A Arte de Governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SANICOLA, L. **As dinâmicas da rede e o trabalho social.** DURVAL, C. (Trad.). São Paulo: Veras, 2008.

SAVIO, D. **A dimensão lúdica na creche.** SCHLINDWEIN, L. M.; LATERMAN, L.; PETERS, L. (Orgs.). A criança e o brincar nos tempos e espaços da escola. Florianópolis: NUP, 2017, p. 15-38.

SAYÃO, D. B. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à Educação física. **Rev. Bras. Cienc. Esporte,** Campinas, n. 2, v. 23, p. 55-67, p. 2002. Disponível em: <http://revista.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/270>> Acesso 23 abr. 2020.

SILVA, R. Z. Redemocratização Brasileira: A Criança Conquista Seus Direitos. **Revista História,** Universidade Tuiuti do Paraná, p. 321-347, 2015. Disponível em:

http://universidadetuiuti.utp.br/historia/Tcc/rev_hist_11/pdf_hist_11/mono_10.pdf> Acesso 13 abr. 2020.

TEIXEIRA, J. B.; BRAZ, M. O projeto ético-político do Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, L. Psicomotricidade, dissociação, ritmo e sincinesia. 2011. Disponível em: <http://www.luzimarteixeira.com.br/wp-content/uploads/2011/02/psicomotricidade-dissociacao-e-ritmo.pdf>> Acesso 01 mai. 2020.

THIOLLENT, M. Estratégia de conhecimento. In__ **Metodologia da pesquisa-ação**. 13. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986. Cap. 1, p. 13-46.

TORRES, L. H. A casa da Roda dos Expostos na cidade do Rio Grande. *Biblos*, Rio Grande, v. 20, p. 103-116. 2006. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/724>> Acesso 13 abr. 2020.

TORRES, M. M. As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho socioeducativo. *serv. soc. rev.*, Londrina, v. 12, n.1, p. 202-227, 2009. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/10060/8789>> Acesso 21 abr. 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3.ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2000.

VERONESE, J. R. P. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo: LTR, 1999.

WEINMANN, A. O. Infância: um dos nomes da não razão. Porto Alegre. 2008. 259 f. **Tese** (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/14826>> Acesso 22 mar. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. 2. Ed., Porto Alegre, RS: Bookman, 2001.

YOUNG, M. Porque investir na primeira infância. In: Câmara dos deputados (Orgs.). **Avanços do marco legal da primeira infância**. Serie Cadernos de trabalhos e debates, n 1, Brasília, 2016. p. 263-276. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/altosestudos/pdf/obra-avancos-do-marco-legal-da-primeira-infancia> > Acesso 05 abr. 2020.